TRADUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL:

SEMESP

NÚMERO **100**
INVERNO **2020**

INTERNATIONAL HIGHER EDUCATION

CENTRO INTERNACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DO BOSTON COLLEGE

Edição #100

Desafios sem precedentes, possibilidades significativas?

HANS DE WIT E PHILIP G. ALTBACH — 3

Ensino Superior na era do populismo: bem público e engajamento cívico

ELLEN HAZELKORN — 6

O Ensino Superior é indispensável para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável

JAMIL SALMI — 14

For weekly global higher education news and comment see our *partner*

University World News

facebook.com/Center.for.International.Higher.Education

twitter.com/BC_CIHE

Ensino Superior privado global: um segundo lugar distante?

DANIEL C. LEVY — 17

Internacionalização do Ensino Superior e o futuro do planeta

LAURA E. RUMBLEY — 32

O conteúdo completo pode ser encontrado na página 2

Center for International Higher Education
Boston College

DUZ medienhaus

O Centro Internacional de Ensino Superior do Boston College traz consciência internacional para a análise do ensino superior. Acreditamos que uma perspectiva internacional contribuirá para políticas e práticas esclarecidas. Para atender a essa meta, o Centro publica trimestralmente o boletim *International Higher Education*, uma série de livros e outras publicações; patrocina conferências; e recebe visitantes acadêmicos. As opiniões aqui expressas não refletem necessariamente as opiniões do Centro Internacional de Ensino Superior.

O Centro está diretamente relacionado ao programa de graduação em ensino superior da Lynch School of Education, Boston College. O Centro oferece mestrado e um Certificado de Ensino Superior Internacional.

Para informações adicionais, acesse:
https://www.bc.edu/IHEMA
https://www.bc.edu/IHECert

Editor Philip G. Altbach

Editores Associados Hans de Wit e Rebecca Schendel

Editores Hélène Bernot Ullerö e Tessa DeLaquil

Sede Editorial
Center for International Higher Education
Campion Hall
Boston College
Chestnut Hill, MA 02467–USA

Tel: +1 617 552-4236

E-mail: ihe@bc.edu

www.internationalhighereducation.net

Aceitamos correspondência, ideias para artigos e relatórios.

Inscrição:
Se você deseja se inscrever, por favor acesse: www.internationalhighereducation.net/en/newsletter. Não há custo para a assinatura digital; a taxa de €32/ano se aplica à assinatura da veersão impressa que pode ser comprada do editor em: https://shop.duz-medienhaus.de/international-higher-education.html.

ISSN: 1084-0613 (impresso), 2372-4501 (online)

INTRODUÇÃO

3 Desafios sem precedentes, possibilidades significativas?
HANS DE WIT E PHILIP G. ALTBACH

DESAFIOS SEM PRECEDENTES, POSSIBILIDADES SIGNIFICATIVAS

4 Compartilhamos uma identidade universitária comum?
AKIYOSHI YONEZAWA

6 Ensino Superior na era do populismo: bem público e engajamento cívico
ELLEN HAZELKORN

7 Ensino Superior e a nova Guerra Fria
SIMON MARGINSON

9 O papel crítico da comunicação no mundo pós-verdade
MARCELO KNOBEL

ENSINO SUPERIOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL

11 Sistemas inclusivos de ensino superior para pessoas com deficiência - **STEPHEN THOMPSON**

12 Valores do Ensino Superior e responsabilidade social
EVA EGRON-POLAK

14 O Ensino Superior é indispensável para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável
JAMIL SALMI

15 O Ensino Superior e os ODS na África: mais do mesmo?
DAMTEW TEFERRA

TENSÕES PÚBLICAS / PRIVADAS

17 Ensino Superior privado global: um segundo lugar distante?
DANIEL C. LEVY

19 Confiança pública e bem público
PATTI MCGILL PETERSON

23 O movimento do Ensino Gratuito
ARIANE DE GAYARDON E ANDRÉS BERNASCONI

24 Desenvolvimento do Ensino Superior globalmente competitivo e inclusivo na Índia
N. V. VARGHESE

26 Publicar ou perecer
MARIA YUDKEVICH

INTERNACIONALIZAÇÃO

28 O dilema do inglês
PHILIP G. ALTBACH E HANS DE WIT

30 Como podemos estender os limites do nosso conhecimento?
BETTY LEASK

32 Internacionalização do Ensino Superior e o futuro do planeta
LAURA E. RUMBLEY

34 Estudantes internacionais de instituições chinesas: tendências e implicações
NIAN CAI LIU

36 Engajamento no Ensino Superior China – África: uma situação em que todos ganham?
GOOLAM MOHAMEDBHAI

38 Diplomacia do conhecimento: quais são as principais características?
JANE KNIGHT

INTERNATIONAL HIGHER EDUCATION EDIÇÃO #100

39 *IHE* #100: 25 Anos de evolução no Ensino Superior Internacional
REBECCA SCHENDEL, AYENACHEW A. WOLDEGIYORGIS E ARAZ KHAJARIAN

International Higher Education tem o prazer de anunciar sua parceria com a DUZ Academic Publishers em Berlim, Alemanha, como nossa nova editora. Nossa publicação ainda pertence ao Centro Internacional de Ensino Superior do Boston College e mantemos nossa independência e orientação editorial. Nossa edição eletrônica permanece gratuita e disponível a qualquer pessoa.

Desafios sem precedentes, possibilidades significativas?

Hans de Wit e Philip G. Altbach

Talvez as realidades mais fundamentais do ensino superior nos últimos 25 anos tenham sido os efeitos conjuntos da massificação da educação pós-secundária mundial, por um lado, combinados com a força contraditória do surgimento da economia global do conhecimento, por outro. Também experimentamos o desenvolvimento e o amadurecimento da tecnologia da informação, incluindo a Internet, a inteligência artificial e uma infinidade de aspectos relacionados.

Os efeitos dessas mudanças sísmicas foram dramáticos e introduziram novos desafios nos sistemas de ensino superior em todo o mundo. A massificação estimulou a ascensão do setor privado e a comercialização. A economia global do conhecimento contribuiu de várias formas para o domínio do inglês como idioma científico global, para aumentos dramáticos na mobilidade de estudantes e professores e para a internacionalização.

No entanto, devemos reconhecer que o ensino superior falhou em alguns aspectos ao enfrentar esses importantes desafios. Ao oferecer acesso sem precedentes, as universidades também contribuíram para divisões e desigualdades sociais. Em muitos países, um grande número de estudantes não conclui seus cursos e o custo dos estudos aumentou muito na maioria dos lugares. O ensino superior também enfrenta desafios mundiais de maior nacionalismo e populismo. Na maioria das vezes, as universidades falharam em enfatizar a responsabilidade social.

Estamos dedicando a edição #100 do *International Higher Education* a análises críticas de alguns dos principais desafios e possibilidades para a próxima década e além. Pedimos a especialistas para refletir — e talvez apontar soluções. Também pedimos à próxima geração que olhe para o futuro, solicitando inscrições para um concurso de redação de estudantes atuais e acadêmicos de pós-doutorado. Estamos publicando o artigo vencedor nesta edição, e outros quatro serão publicadas no University World News. Por fim, aproveitamos a oportunidade apresentada nesta edição para refletir sobre os 25 anos de contribuições do *International Higher Education*.

América abdica da liberança do International Higher Education

De nossa parte, esta edição nos deu uma razão para relembrar nosso próprio trabalho, pensando no tempo da fundação do boletim. Na primeira edição do *International Higher Education*, primavera de 1995, escrevemos que os Estados Unidos estavam abdicando da liderança no ensino superior internacional. Nosso argumento era que "o internacionalismo é obrigatório para qualquer sistema de ensino superior no século XXI". O surpreendente para nós foi que "enquanto o resto das universidades do mundo está se tornando mais internacional, os Estados Unidos mostram sinais de enfatizar o internacionalismo em seu sistema de ensino superior". Declaramos que "o ensino superior é uma das principais 'indústrias de exportação' — e merece estímulo, não contração". Concluímos que “o deslize começou e uma crescente insularidade significará que os EUA ficarão atrás de seus concorrentes. O internacionalismo no ensino superior nos permite entender o resto do mundo, bem como funcionar na nova economia internacional do século XXI. Outros entendem isso — os americanos também precisam entender.”

Nesta edição #100, 25 anos depois, poderíamos escrever quase exatamente as mesmas palavras — já que a maior atmosfera política nos Estados Unidos se tornou altamente nacionalista. Mas, no último quarto de século, houve grandes mudanças. O número de estudantes internacionais nos Estados Unidos aumentou de 450.000 em 1995 para um milhão em 2019, e a educação internacional agora produz mais de US$ 40 bilhões para a economia dos EUA, em comparação com US$ 7 bilhões em 1995. Muitas universidades adotaram estratégias internacionais para tentar garantir que seus alunos tenham mais oportunidades de estudar no exterior e entender diversas culturas. No entanto, durante todo esse período, os Estados Unidos ficaram para trás em grande parte do resto do mundo. A "participação de mercado" dos estudantes internacionais nos Estados Unidos está em declínio, assim como sua participação nas universidades no topo do ranking. O conhecimento de outras culturas, idiomas, economias e sociedades também diminuiu. Este já era o caso antes da administração Trump assumir o cargo em 2017, mas se tornou ainda mais óbvio nos últimos três anos.

Olhando para trás com a perspectiva de hoje, poderíamos ter sido muito pessimistas na época, mas também não estamos muito otimistas agora.

Olhar para o futuro

Olhando para trás com a perspectiva de hoje, poderíamos ter sido muito pessimistas na época, mas também não estamos muito otimistas agora. Essas tendências negativas não se limitam aos Estados Unidos, mas refletem ameaças globais mais amplas ao ensino superior, à internacionalização e autonomia e à liberdade acadêmica. Vários de nossos colaboradores na edição #100 escrevem sobre a importância de o ensino superior assumir um papel de liderança no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, enquanto outros expressam preocupação com a autonomia e a liberdade acadêmica, além de outras questões prementes para o futuro do ensino superior em todo o mundo. ◢

Compartilhamos uma identidade universitária comum?

Akiyoshi Yonezawa

Resumo

A ascensão das economias do conhecimento do Leste Asiático levou líderes nacionais e pesquisadores do ensino superior a buscar identidades para suas próprias universidades e sistemas de ensino superior. Essa tendência pode, no final, levar a uma crise de identidade que as universidades têm em comum, como órgãos acadêmicos autônomos.

Exceto pela Universidade Al-Azhar, todas as universidades do mundo compartilham uma origem comum: provêm de universidades da Europa medieval. Essa famosa observação de Philip Altbach transmite a forte mensagem de que todas as instituições que afirmam ser universidades devem ser comunidades autônomas de acadêmicos, independentes das autoridades religiosas e seculares. Infelizmente, qualquer pessoa familiarizada com a longa e diversificada história das universidades em todo o mundo sabe que essa afirmação é um mito. As universidades de todo o mundo enfrentam crises quando poderes religiosos ou seculares desafiam sua liberdade e autonomia acadêmica.

Em busca de uma identidade universitária distinta

Especialmente em regiões distantes das tradições europeias da civilização, como o Leste Asiático, os sistemas universitários modernos foram lançados, desenvolvidos e transformados após meados do século XIX, em estreita associação com a construção da nação. Nesse processo, a articulação das universidades como conceitos importados do Ocidente, mas com tradições e identidades intelectuais orientais, tem sido uma questão constante e central. Quando o Japão estabeleceu sua primeira universidade moderna em 1877, foi escolhido o termo daigaku 大学 como uma tradução para "universidade" — notavelmente, como em Daigaku-Ryo, que era o nome de uma faculdade que existia até o século XII para treinar administradores nacionais. Em 1898, a dinastia Qing na China transformou seu

instituto tradicional de treinamento de administradores seniores na moderna universidade Dà Xué Táng (大 学堂), rebatizada como Pequim Dà Xué (北京大学) em 1912, logo após o estabelecimento da República da China. Em 1946, a Coreia do Sul fundou sua primeira universidade, a Universidade Nacional de Seul, como Daehakgyo (대학교; 大 學校), com base em um conceito de identidade da universidade nacional distinto do abolido Keijo Teikoku Daigaku, uma universidade imperial sob o regime colonial japonês. No século XIX, os estados modernos do leste asiático buscaram e introduziram modelos universitários inspirados nos sistemas nacionais de ensino superior nos estados-nações ocidentais modernizados. Esses Daigaku, Dà Xué e Daehakgyo foram conceituados e reformulados de maneira diferente em seus idiomas nacionais e contextos históricos específicos, mas todos podem ser traduzidos para o termo comum em inglês "universidade".

Nas últimas décadas, a ascensão das economias nacionais do Leste Asiático, baseada em ciência e tecnologia, levou líderes nacionais e pesquisadores do ensino superior a buscar identidades para suas universidades e sistemas de ensino superior que são distintos do Ocidente e apresentam semelhanças e diferenças na região. O surgimento de universidades de nível mundial no topo da Ásia acelerou essa tendência. Por exemplo, as realizações das universidades altamente classificadas de Singapura indicam que é possível estabelecer uma universidade de classe mundial em uma forte base nacional. No processo, enquanto mudanças substanciais estão ocorrendo para descentralizar a governança universitária, ainda falta um consenso claro sobre liberdade acadêmica e autonomia universitária.

Hoje, as principais universidades da China buscam dominar as classificações regionais, apoiadas por enormes investimentos nacionais e concentração de talentos impulsionada por motivos nacionais. As estratégias e perfis das universidades chinesas, portanto, são fortemente influenciados pela conexão entre a governança da universidade e a liderança partidária e pelo apoio sistemático às melhores universidades e às principais disciplinas ("Dupla Primeira Classe") por projetos do governo. Os sistemas de ensino superior dentro e ao redor da Grande China foram, em graus variados, influenciados pela geopolítica regional no ensino superior, incluindo a mobilidade de estudantes e professores na região e fora dela, por exemplo, na África.

O nacionalismo levará a uma crise de identidade universitária?

Nos últimos anos, a ascensão do nacionalismo mudou o cenário do ensino superior global. Em particular, o aumento da autoconfiança entre os modelos universitários da Ásia Oriental pode resultar na alegação de que *Dà Xué* e outros conceitos das principais instituições de ensino superior da Ásia Oriental são diferentes da noção de universidades originárias do cenário político específico da Europa medieval.

A história indica que a demanda nacional por ciência, tecnologia e recursos humanos altamente qualificados nem sempre resulta no apoio às universidades como comunidades acadêmicas autônomas — como mostra o fechamento de universidades durante a Revolução Francesa. O desenvolvimento global das universidades está estimulando uma "corrida armamentista" em termos de conhecimento, e conexões estreitas com governos e indústrias nacionais tendem a vincular o intercâmbio e colaborações acadêmicas com os interesses nacionais. Mesmo no Japão, cuja constituição nacional garante a liberdade acadêmica, ocorrem ações judiciais para impedir colaborações internacionais com pesquisadores de determinados países.

Já é hora de as universidades de todo o mundo iniciarem um diálogo a fim de buscar um entendimento comum da universidade contemporânea, com base no respeito mútuo pela diversidade e na necessidade de enfrentar desafios globais e regionais comuns. Esse diálogo sobre um conceito contemporâneo de universidade pode estar vinculado a discursos pós-coloniais, mas, mais importante, deve ser liderado por acadêmicos engajados na autorreflexão entre nações e instituições. As universidades de todo o mundo podem compartilhar uma identidade comum somente através da força de vontade dos acadêmicos que trabalham juntos neste exercício.◢

Mesmo no Japão, cuja constituição nacional garante liberdade acadêmica, ocorrem ações judiciais para impedir colaborações internacionais com pesquisadores de determinados países.

Akiyoshi Yonezawa é professor e vice-diretor do Escritório Internacional de Estratégia, Universidade Tohoku, Sendai, Japão. E-mail: akiyoshi.yonezawa.a4@tohoku.ac.jp.

Ensino Superior na era do populismo: bem público e engajamento cívico

Ellen Hazelkorn

Resumo
Os últimos anos foram um difícil despertar para o ensino superior. A crescente frustração com a distribuição desigual dos benefícios da globalização e as crescentes disparidades entre os centros urbanos e o interior rural deu lugar à era do populismo. As universidades se envolveram nessa batalha polarizadora, muitas vezes vistas como centros de privilegiados e elites, desengatados dos públicos que os hospedam e financiam, em vez de defenderem o bem público. Os desafios de hoje mostram que a universidade não pode ficar à margem — tampouco seus alunos. Há muito em jogo. Seria o envolvimento cívico o caminho para recuperar a confiança do público?

Os últimos anos foram um difícil despertar para o ensino superior. O voto do Brexit no Reino Unido, a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA, mudanças de governo na Hungria, Polônia, Itália e Brasil — para citar apenas alguns, juntamente com mudanças políticas e legislativas nesses e em outros países, destacaram tensões crescentes entre o ensino superior e as comunidades que os hospedam. As faculdades que se orgulhavam de trabalhar para além das suas fronteiras e da cultura agora se vêm lidando com governos e comunidades em campanha para impedir a entrada de "estrangeiros".

A educação e a geografia, revestidas por raça, etnia e gênero, foram fatores-chave que contribuíram para os pontos de vista das pessoas nas eleições nos EUA. As primeiras pesquisas para 2020 sugerem que a maior tensão está entre mulheres brancas com formação universitária e homens brancos sem formação universitária. O nível de educação também foi decisivo na votação do Brexit no Reino Unido. O mesmo acontece com a mobilidade, ou melhor, com a falta dela. As pessoas com menor probabilidade de deixarem suas cidades natais têm maior probabilidade de se preocupar com as mudanças sociais e econômicas. À medida que as pessoas migram para as cidades, também têm poder político e econômico, deixando para trás disparidades crescentes de oportunidades.

Para as pessoas nos países desenvolvidos e da minha geração, a crença subjacente era que cada geração seria melhor que a anterior; o progresso era um direito de nascença. Mas isso está mudando. À medida que mais pessoas participam do ensino superior, as universidades se tornam mais hierarquicamente organizadas, e o acesso e as chances de vida são correlacionados de acordo.

Parte do problema ou da solução?

As universidades dizem que fazem parte da solução, que suas portas estão abertas e que pesquisas e atividades internacionais contribuem positivamente para a sociedade. Mas elas são regularmente acusadas de serem insuficientemente responsabilizadas pelos resultados da aprendizagem, atributos de pós-graduação e habilidades de manutenção da vida, em troca do financiamento e/ou apoio público e político recebidos. Enquanto as universidades buscam programas de internacionalização e estudos no exterior, a comunidade local geralmente vê os estudantes internacionais reduzindo o número de vagas disponíveis para estudantes nacionais e a mudança para programas em inglês como prejudicial ao seu próprio idioma.

Pesquisas mostram que as universidades geralmente escolhem colaboradores geograficamente distantes de empresas ou organizações.

Pesquisas mostram que as universidades geralmente escolhem colaboradores geograficamente distantes de empresas ou organizações. Isso varia de acordo com o grupo de missão, com as universidades mais novas ou mais baixas/sem classificação, mais propensas a se envolverem localmente — mas isso gera críticas crescentes de que as universidades priorizam a reputação internacional ao invés de serem boas vizinhas.

Podemos dizer que esses tempos vão passar. Mas muitas mudanças que estão sendo buscadas e/ou implementadas refletem preocupações genuínas e são substantivas. O ensino superior historicamente tem uma relação estreita com a cidade e o país de sua fundação. Hoje, o público se pergunta se o ensino superior ainda atende aos seus interesses. Esses desafios mostram que a universidade não pode ficar à margem — tampouco seus alunos.

Engajamento aprimorado e aprofundado

Nos últimos anos, um número significativo e variado de iniciativas vem sendo empreendido por universidades, associações universitárias e governos — geralmente em parceria. Eles pretendem repensar e reformular a universidade no século XXI.

A Comissão da Universidade Cívica do Reino Unido promoveu a ideia do “acordo cívico” a ser criado e assinado pelas principais partes interessadas, incluindo universidades e outras instituições de ensino de uma cidade/região; até o momento, mais de 30 universidades se inscreveram desde o lançamento em janeiro de 2019. A União Europeia está adotando políticas de “especialização inteligente” como uma abordagem baseada em locais, caracterizada pela identificação de áreas de importância estratégica, que constroem capacidade sustentável e superam os níveis regionais. disparidades entre e dentro dos países; o ensino superior e a pesquisa, juntamente com o ensino profissional, são fundamentais para essas ações.

Muitas universidades da Europa estão começando a moldar seus perfis acadêmicos em resposta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Em seu sexto relatório sobre Universidade Socialmente Responsável, a GUNi, uma rede da UNESCO, defende que as universidades adotem uma perspectiva “glocal”, ligando o local e o global. A Organização Magna Charta procura reescrever e capturar os princípios fundamentais do ensino superior para o século XXI. Faço parte d o “21st Century Lab”, organizado pela Universidade de Lincoln (Reino Unido), que está elaborando um plano de ação para o ensino superior no século XXI.

É claro que não existe um plano único, mas provavelmente há três abordagens amplas para um envolvimento maior. O modelo de justiça social se concentra nos alunos, no currículo e na pedagogia. No outro extremo do espectro está o modelo de desenvolvimento econômico, que se concentra na comercialização de pesquisas por meio de acordos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia etc. da faculdade/universidade. É uma ponte entre ensino e pesquisa e não uma "terceira missão". Nesse modelo, a universidade adota uma abordagem sistemática, sistêmica e estratégica, com base na análise das necessidades do local. E isso não é apenas para universidades com pouca ou nenhuma qualificação, embora as universidades desenvolvam abordagens diferentes e distintas.

Paraqueservemasuniversidades?

Por fim, o plano do que a universidade faz para "o bem público" é mais longo que grandioso e implica mudanças mais profundas na visão e missão da universidade.

É necessário que o ensino superior seja integralmente engajado e reflita esse engajamento em sua visão, sua missão e em suas atividades diárias. As universidades precisam ser instituições-chave a nível regional. Elas também devem aspirar a serem instituições globalmente engajadas que educam cidadãos de mente aberta, crítica e consciente, e por meio de suas atividades de pesquisa ajudem a definir linhas de ação globais que promovam um mundo justo e sustentável. Vivemos um momento histórico. Não há tempo para complacência.◢

Ellen Hazelkorn é professora emérita e diretora da Unidade de Pesquisa sobre Políticas de Ensino Superior, Instituto de Tecnologia de Dublin, Irlanda, e parceira da BH Associates, Consultores em Educação.
E-mail: ellen.hazelkorn@dit.ie.

Resumo

Nos últimos 40 anos, houve um alto nível de colaboração em ciência e tecnologia entre os Estados Unidos e a China. Essa cooperação teve um papel fundamental na modernização da China e em pesquisas que promovam o bem comum global. E agora está severamente ameaçada por movimentos americanos unilaterais, incluindo acusações de "espionagem" que politizaram as relações científicas, movimentos do governo Trump para limitar vistos da China e investigações discriminatórias nos Estados Unidos de cientistas de ascendência chinesa.

Ensino Superior e a Nova Guerra Fria

Simon Marginson

Após um longo período de colaboração com a China, a política externa americana mudou. As políticas e instituições dos EUA estão se preparando para uma longa batalha geoestratégica pela primazia global, especialmente, mas não apenas, no leste da Ásia. Isso está sendo chamado de "Nova Guerra Fria". E é possível comprovar nas tarifas de Trump sobre as exportações chinesas, na batalha pela liderança na tecnologia 5G, na tentativa dos EUA de quebrar a posição global da empresa de telecomunicações chinesa Huawei, e nos movimentos hostis em outros setores, incluindo a ciência e o ensino superior.

Enquanto o Partido Democrata se opõe a grande parte da agenda de Trump, há amplo consenso dos EUA em "conter a China". A justificativa dada com frequência é a falta de formas democráticas liberais da China, mas isso não é novidade. O sistema chinês centralizado nunca compartilhou a herança política ocidental, baseada na separação entre estado, mercado e sociedade civil e na divisão de poderes entre executivo, legislativo, judiciário e militar. A noção de que uma China internacionalmente aberta se transformaria em uma sociedade americanizada sempre foi uma ilusão. O motivo da Nova Guerra Fria não é tanto o fato de os EUA terem desistido da americanização, mas o fato de os Estados Unidos não quererem compartilhar a liderança global e estarem dispostos a sofrer sua própria dor econômica de curto prazo na tentativa de bloquear a ascensão da China.

Danos Colaterais

Quando uma posição até então dominante está ameaçada, as principais potências costumam fazer movimentos que depois parecem contraproducentes (a Grã-Bretanha neoimperial ainda está fazendo movimentos contraproducentes, como o Brexit, muito tempo depois de perder a primazia global!) Infelizmente, desta vez, as universidades e a ciência são danos colaterais. As comunicações globais, profundamente integradas, enfrentam a perspectiva de dois sistemas separados, liderados pelos Estados Unidos e pela China, e apelidados de "splinternet". Isso pode se adequar ao aparato de segurança nacional dos dois países, mas prejudicará a cooperação no ensino superior. O mesmo acontece na ameaça à colaboração em pesquisa. Os últimos meses tiveram:

- Redução da duração dos vistos americanos de cinco para um ano para estudantes de pós-graduação chineses em campos de alta tecnologia.
- Investigação seletiva de vários cientistas nos Estados Unidos, todos descendentes de chineses, por supostas violações de segurança por compartilhar informações sobre pedidos de financiamento do Instituto Nacional de Saúde. Alguns cientistas perderam suas posições. Essas investigações só podem ser descritas como baseadas em perfis raciais.
- Numerosos casos em que os estudantes chineses foram impedidos de entrar nos Estados Unidos (mesmo os acadêmicos em áreas geo-militares-estratégicas como a educação!). Há sinais de retaliação de negação de visto afetando americanos que procuram entrar na China.

Esses movimentos dos EUA revertem radicalmente as políticas dos últimos 40 anos. Depois que Deng Xiaoping iniciou a abertura da China em 1978, foi desenvolvida uma robusta infraestrutura de colaboração científica EUA-China. O Acordo de Cooperação EUA-China em Ciência e Tecnologia envolve 50 acordos interinstitucionais e apoia milhares de programas cooperativos. O volume e a qualidade do trabalho conjunto se expandiram rapidamente. Os dados do Scopus do Conselho Nacional de Ciência dos EUA mostram que em 2016 havia 43.968 trabalhos conjuntos, em comparação com 5.406 trabalhos conjuntos em 2006.

Os cientistas americanos são "ingênuos"?

Alguns críticos americanos argumentam que a coautoria nessa escala apenas mostra que os cientistas americanos são "ingênuos". Sob o manto da cooperação, a China "usou" e "roubou" a ciência americana. As polêmicas ao estilo Marvel mostram como mesmos os fenômenos do mundo real podem assumir significados opostos, dependendo da narrativa ideológica usada para interpretá-los.

Toda cooperação científica saudável é baseada no compartilhamento aberto, sem levar em consideração os propósitos individuais que podem ser aplicados ao conhecimento comum. Reivindicações unilaterais sobre "espionagem" politizam as relações científicas, quebram o livre comércio e destroem a confiança.

Não há dúvida de que a estratégia de internacionalização da China com os Estados Unidos foi usada para aumentar a capacidade de P&D da China. Ambas as partes na época viam isso como algo bom, embora pudessem ter expectativas diferentes. Por exemplo, entre 1995 e 2015, 68.379 estudantes da China defenderam doutorado nos EUA. Esses mesmos estudantes de pós-graduação chineses também contribuíram para a pesquisa americana em suas universidades americanas. Alguns ficaram, outros voltaram.

No entanto, a parceria não é mais uma via de mão única, se é que foi alguma vez. A ciência da China, especialmente em STEM, agora é muito forte. Um artigo em desenvolvimento de Jenny Lee e John Haupt da Universidade do Arizona mostra que entre os 500 artigos China-EUA mais citados em 2014-2018, mais autores eram baseados na China do que nos EUA. Além disso, das dez principais agências governamentais de fomento

à pesquisa que financiaram a pesquisa que gerou artigos colaborativos, sete eram da China e financiaram 3,5 vezes mais do que seus colegas americanos. A Fundação Nacional de Ciências Naturais da China apoiou 74.827 artigos, enquanto os Institutos Nacionais de Saúde dos EUA ficaram em segundo lugar, apoiando 15.489.

Todos perdemos

Em outras palavras, a ciência dos EUA pode perder tanto quanto a ciência da China se a colaboração China-EUA evaporar. O resto do mundo também perde. A colaboração China-EUA, envolvendo cientistas de outros países em alguns casos, adianta bastante a pesquisa sobre problemas globais.

Muitos dos que se lembram da última Guerra Fria, na qual a rivalidade era um fim em si, não querem voltar para esses dois campos hostis, sem direitos humanos entre eles; um mundo de gastos militares com a constante ameaça de catástrofes; onde a comunicação científica gratuita foi dominada por estereótipos ideológicos e segurança nacional.

Uma vez iniciados os movimentos agressivos, eles podem desencadear um processo crescente de movimentos e contramovimentos em que as hostilidades se entrincheiram. Os estágios iniciais estabelecem padrões futuros. Nesse momento, é vital proteger os vínculos existentes, promover o entendimento mútuo e manter as fronteiras abertas — para minimizar a extensão a qual as universidades e a ciência, não apenas nos Estados Unidos e na China, mas em toda a parte, são arrastadas para o vórtice de um conflito sem sentido, de soma zero. É especialmente importante que as universidades e as ciências fora dos Estados Unidos se recusem a se alistar nos boicotes da Guerra Fria, e mantenham e fortaleçam relações livres e abertas com as universidades e as ciências dos dois países.◢

Em outras palavras, a ciência dos EUA pode perder tanto quanto a China se a colaboração China-EUA evaporar.

Simon Marginson é professor de ensino superior da Universidade de Oxford, diretor do Centro ESRC/OFSRE de Ensino Superior Global no Reino Unido, pesquisador líder da Escola Superior de Economia de Moscou e editor-chefe da Higher Education. E-mail: simon.marginson@education.ox.ac.uk.

O papel crítico da comunicação no mundo pós-verdade

Marcelo Knobel

Resumo
Atualmente, estamos vivendo em um mundo onde é extremamente difícil separar o absurdo da verdade, a opinião dos argumentos fundamentados. As consequências para a sociedade podem ser desastrosas, juntamente com danos a longo prazo às instituições de ciência, tecnologia e ensino superior. Uma estratégia de comunicação mais robusta e agressiva, com linguagem moderna e mensagens fortes, é mais necessária do que nunca para enfrentar a chamada era da "pós-verdade".

As instituições de ensino superior estão enfrentando uma campanha feroz em todo o mundo que questiona seu valor e significado. No Brasil, por exemplo, as acusações contra as universidades variam de alegações ridículas de que são "ninhos de comunistas" e "lugares sem lei" (onde drogados e bêbados nus fazem festas o tempo todo) a afirmações mais elaboradas sobre autonomia, administração e atividades.

Esta não é a primeira vez que as universidades estão em uma posição desconfortável. Entre as instituições mais antigas da sociedade, as universidades resistiram a vários ataques no último milênio. No entanto, o advento e a crescente importância das mídias sociais, combinados com a consolidação da chamada "era da pós-verdade", acrescentaram um novo elemento à atual onda de críticas, elevando seu impacto potencial a níveis sem precedentes.

O perigo da pseudociência, teorias da conspiração e outras notícias falsas

O ataque contínuo às universidades deve ser levado a sério. Desde as eleições presidenciais até a ascensão de negadores e teóricos da conspiração, existem numerosos exemplos de eventos contemporâneos que foram fortemente influenciados pelas mídias sociais. De fato, estudos recentes indicam que os entusiastas da pseudociência online têm uma vantagem sobre aqueles que acreditam na ciência real. A maioria dos vídeos do YouTube relacionados à mudança climática, por exemplo, se opõe ao consenso científico de que ela é causada pela atividade humana. A maioria nega esse fato ou

A maioria dos vídeos do YouTube relacionados à mudança climática, por exemplo, se opõe ao consenso científico de que ela é causada pela atividade humana.

afirma que a tese da mudança climática deriva de uma conspiração. Essas são as teorias da conspiração que recebem o maior número de visualizações.

Infelizmente, a mudança climática está longe de ser o único tópico sobre o qual a desonestidade científica online triunfa. O mesmo se aplica a questões como doenças infecciosas e a vacina sarampo-caxumba-rubéola (MMR), apenas para citar alguns exemplos. Embora haja muitas informações online sobre a segurança da vacina, falsas alegações de que ela causa efeitos nocivos se espalharam amplamente pela Internet. Como resultado, os níveis de vacinação caíram em muitos países ao redor do mundo, abrindo as portas para o retorno de doenças quase erradicadas.

Construindo defesas na guerra pós-verdade

A mídia social desempenha um papel importante na divulgação de informações incorretas. Os cientistas e as instituições de ensino superior precisam ser mais proativos no desenvolvimento de maneiras criativas e convincentes de comunicar os resultados da pesquisa a públicos mais amplos. Mais importante, é crucial que eles tenham em mente como as informações manipuladas com códigos maliciosos podem afetar o comportamento das pessoas, individualmente ou em grupo.

Confrontar esse problema é uma tarefa complexa. Ao fornecer informações corretivas ou educacionais sobre um determinado tópico, pode-se simplesmente reforçar a conscientização das pessoas sobre as inverdades existentes sobre ele. Um passo importante é superar a resistência às crenças e preconceitos ideológicos das pessoas. Outra é desenvolver a capacidade das pessoas de pensar criticamente, para que possam diferenciar informações reais e desinformação. Os cientistas e o corpo docente também precisam se envolver mais no conflito, a fim de garantir que seu trabalho seja entendido e valorizado — e não mal utilizado. Eles devem usar estratégias inovadoras e persuasivas para se comunicar com o público. Isso inclui a criação de conteúdo de mídia social atraente (tanto no nível institucional quanto no pessoal), destinado a mudar as crenças e influenciar comportamentos. Caso contrário, as vozes da academia continuarão sendo abafadas pela frequência e ferocidade das mensagens não baseadas em evidências.

Do ponto de vista institucional, as instituições de ensino superior devem reconhecer a importância estratégica da comunicação para reforçar o valor da informação baseada em evidências para a sociedade. Os professores devem ser treinados para aprender e desenvolver novas habilidades para interagir com seus alunos e o público, usando as mídias sociais e outras estratégias de comunicação contemporâneas. Por um lado, as universidades devem reconsiderar suas estratégias de difusão de informações para justificar a importância e o valor do investimento público. Este último aspecto já está bem desenvolvido em instituições privadas de ensino superior e em grandes instalações de pesquisa que dependem diretamente da taxa de matrícula ou dos recursos do governo para sobreviver. Por outro lado, instituições públicas em muitos países precisam desenvolver canais melhores para informar a sociedade (incluindo políticos) sobre seu papel fundamental no progresso de sua região e país, explicando as maneiras por vezes peculiares em que operam. Caso contrário, os princípios fundamentais da liberdade e autonomia acadêmicas estarão em perigo real, faltando apoiadores ao que se tornou uma realidade bastante incompreensível, mas realmente assustadora, anti-educacional e anti-intelectual que cada vez mais está tomando forma.◢

Marcelo Knobel é reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor titular do Instituto de Física Gleb Wataghin, Unicamp, Brasil. E-mail: knobel@ifi.unicamp.br.

Sistemas inclusivos de ensino superior para pessoas com deficiência

Stephen Thompson (Ganhador do concurso de artigos *IHE* #100)

Resumo
Faz 25 anos que a Declaração de Salamanca instou a comunidade internacional a endossar a abordagem da educação inclusiva, inclusive no nível superior. O último quarto de século testemunhou a massificação global da educação pós-secundária, embora essa explosão de instalações e matrículas tenha entrincheirado e exacerbado amplamente a exclusão de pessoas com deficiência do setor. Os sistemas de ensino superior devem se tornar inclusivos para pessoas com deficiência, a fim de cumprir obrigações internacionais e estruturas globais.

Faz 25 anos que a primeira edição do International Higher Education foi publicada. Por coincidência, também faz 25 anos que a Declaração de Salamanca instou a comunidade internacional a endossar a abordagem da educação inclusiva, inclusive no nível superior. O último quarto de século testemunhou a massificação global da educação pós-secundária, embora essa explosão de instalações e matrículas tenha entrincheirado e exacerbado amplamente a exclusão de pessoas com deficiência do setor. Esse é particularmente o caso em contextos de baixa e média renda, onde as taxas de conclusão da universidade para estudantes com deficiência são preocupantemente baixas em comparação com as de estudantes sem deficiência. Evidências de 35 países de baixa e média renda indicam que, para estudantes entre 25 e 54 anos, a taxa média de conclusão da universidade para estudantes com deficiência é de 4,5%, em comparação com 7,9% para aqueles sem deficiência. Para estudantes com 55 anos ou mais, evidências de 34 países mostram que a taxa de conclusão de pessoas com deficiência era de 1,8%, comparada a 3,7% para pessoas sem deficiência.

Aproximadamente 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência. O setor de ensino superior precisa realizar o potencial educacional desses 15% dos estudantes. Para garantir que uma proporção significativa da sociedade não seja excluída do ensino superior e que seu potencial seja realizado, vários elementos devem estar em vigor. Isso inclui o desenvolvimento de políticas adequadas para a inclusão da deficiência, sistemas de governança e finanças, currículos, funcionários, edifícios e comunidades de apoio (UNESCO, 2018).

Os sistemas de ensino superior devem se tornar inclusivos para pessoas com deficiência, a fim de cumprir obrigações internacionais e estruturas globais. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) foi adotada em 2006 e a maioria dos países do mundo já assinou. O artigo 24 da UNCRPD enfoca o direito à educação e, entre outros compromissos, exige que os Estados garantam acesso igual à formação profissional, educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um plano para construir um mundo melhor para as pessoas e nosso planeta até 2030. O ODS 4 visa garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A meta 4.3 visa garantir a igualdade de acesso ao ensino técnico, profissional e superior, acessível e de qualidade, incluindo a universidade. A meta 4.5 visa garantir acesso igual a todos os níveis de educação para pessoas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência. O desenvolvimento do ensino superior inclusivo para pessoas com deficiência também é relevante para o ODS 1 (pobreza); ODS 3 (saúde); ODS 5 (gênero); ODS 8 (crescimento econômico); ODS 12 (produção responsável); ODS 13 (mudança climática); bem como o ODS 16 (paz e instituições fortes). Os ODS não serão alcançados se as necessidades das pessoas com deficiência não forem consideradas e seus direitos não forem reconhecidos. A menos que sejam tomadas medidas para tornar o setor de ensino superior inclusivo para a deficiência, não conseguiremos alcançar um ambiente em que ninguém seja deixado para trás.

Os ODS não serão alcançados se as necessidades das pessoas com deficiência não forem consideradas e seus direitos não forem reconhecidos.

O ensino superior tem um papel duplo no que diz respeito à produção de conhecimento, envolvendo pesquisa e aprendizado/ensino. O ensino superior inclusivo para pessoas com deficiência será essencial para permitir o desenvolvimento de um ambiente acadêmico que possa contribuir para abordar as desigualdades sociais e encontrar soluções para os desafios globais (incluindo os ODS). Se os pesqui-

sadores com deficiência não forem incluídos nos processos de pesquisa, é mais provável que as vozes das pessoas com deficiência sejam excluídas dos resultados, recomendações e implicações. "Nada sobre nós sem nós" é uma filosofia fundamental do movimento das pessoas com deficiência. Para que o ensino superior seja verdadeiramente inclusivo para deficientes, essa filosofia deve ser incorporada ao ensino e à pesquisa nas instituições de ensino superior.

Ao término das primeiras duas décadas do séc. XXI, alcançar um progresso no ensino superior inclusivo para pessoas com deficiência é particularmente pertinente, dado o progresso obtido na melhoria da frequência no ensino primário e no ensino médio. Embora as preocupações com a qualidade persistam, o acesso melhorou bastante. À medida que esse volume de crianças com deficiência passa pelo sistema educacional, as instituições de ensino superior precisam se atualizar para garantir que ofereçam educação inclusiva no momento em que terminarem o ensino médio. Se o ensino superior continuar a marginalizar as pessoas com deficiência, o término do ensino médio será o ponto final da jornada educacional para muitos jovens com deficiência, independentemente de seu potencial e desejo de continuar o ensino superior. Apesar da perspectiva sombria, há vislumbres de esperança. Os dados mostram que os países, incluindo a Gâmbia e a Colômbia, conseguiram reverter a tendência e estão fazendo grandes progressos no sentido de oferecer ensino superior inclusivo para deficientes. Ao entrarmos em meados do século XXI, as abordagens à inclusão da deficiência apresentam desafios e possibilidades para o ensino superior internacional. Os desafios envolvem a implementação de acomodações razoáveis no setor de ensino superior para garantir que ninguém tenha acesso negado devido à deficiência. As possibilidades se refletem no potencial que um setor de ensino superior mais justo e inclusivo tem a oferecer, se pudermos transformá-lo de uma aspiração em realidade.◢

Stephen Thompson é pesquisador de pós-doutorado no Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Sussex, Reino Unido.
E-mail: s.thompson@ids.ac.uk.

Valores do Ensino Superior e responsabilidade social

Eva Egron-Polak

Resumo
As atuais turbulências políticas, sociais e econômicas fizeram ressurgir a atenção aos princípios e valores essenciais necessários para que o ensino superior floresça. No entanto, as ameaças e a desconfiança enfrentadas atualmente pelo ensino superior exigem uma resposta que vá além da promoção de valores operacionais tradicionais, como liberdade acadêmica e autonomia institucional, para se concentrar também nos valores que impulsionam a missão e os propósitos do ensino superior.

Cada época é marcada por alguns eventos e tendências que definem opiniões e impactam na narrativa e na estrutura geral da política. A era atual não é diferente embora o impacto de tais eventos e tendências seja sentido globalmente. O crescente populismo e atratividade da liderança autoritária ameaçam a democracia. Os imperativos de desenvolvimento sustentável estão mudando comportamentos e atitudes. Migrações massivas trazem diversidade populacional para muitas nações, enquanto brechas econômicas persistentes e crescentes dentro e entre nações aumentam a agitação social. O uso das mídias sociais traz uma abordagem mais participativa ao compartilhamento de informações, mas impede o controle sobre seu conteúdo. O poder de atores globais do setor privado, como Google, Facebook e outros, é sentido em todos os níveis. O efeito ainda imprevisível da inteligência artificial adiciona novos desafios.

Em graus diferentes em diferentes contextos, esses desenvolvimentos impactam o ensino superior e são acompanhados por um ressurgimento da atenção aos valores e princípios que precisam ser protegidos e promovidos. Eles trazem novas oportunidades, responsabilidades, expectativas e restrições às instituições de ensino superior. Não tendo mais o monopólio da criação de conhecimento, muito menos a disseminação de informações, a grande relevância das universidades vem sendo questionada. Simultaneamente, a convicção de que apenas um caminho baseado no conhecimento leva à competitividade econômica das nações e ao bem-estar dos indivíduos aumenta a pressão para fornecer acesso ao ensino superior a uma proporção cada vez maior da população. É necessária uma participação mais ampla, mas também bem-sucedida, no ensino superior para a coesão social e, a fim de evitar a marginalização devido a lacunas entre "quem sabe" e "quem não sabe".

A complexidade dos desafios sociais e dilemas morais estão entre as razões pelas quais os líderes, professores e estudantes universitários refletem sobre o objetivo do ensino superior e os valores que impulsionam e sustentam o processo.

Princípios e Valores

Não é a primeira vez que os princípios fundamentais que norteiam o ensino superior chamam a atenção. Por exemplo, há várias décadas, duas organizações internacionais de ensino superior articularam e enfatizaram seu compromisso com os valores fundamentais. Em 1988, por ocasião do 900º aniversário da Universidade de Bolonha, o Observatório Magna Charta (MCO) adotou seu Universitatum. Como contribuição à Conferência Mundial da UNESCO sobre Ensino Superior em 1998, a Associação Internacional de Universidades preparou sua declaração sobre "Liberdade Acadêmica, Autonomia Institucional e Responsabilidade Social". As duas organizações continuam a promover esses valores e incentivam as universidades a adotarem e integrarem valores em sua missão e funções.

Ambas as organizações se concentraram principalmente na liberdade acadêmica e na autonomia institucional. Esses dois princípios continuam sendo vistos como uma condição sine qua non de universidades fortes e com bom desempenho que cumprem sua responsabilidade social. Hoje, a discussão sobre os valores do ensino superior precisa — e muitas vezes ultrapassa — esses princípios operacionais de enquadramento. Ela se concentra nos valores que orientam os propósitos da educação e pesquisa.

A escolha dos valores pode determinar os objetivos do ensino superior e definir o tipo de diplomado que uma universidade procura produzir.

Valores para enquadrar as metas do ensino superior

A escolha dos valores pode determinar os objetivos do ensino superior e definir o tipo de diplomado que uma universidade procura produzir. As responsabilidades que as universidades adotam são definidas pelos valores que elas, como comunidade, adotam e implementam por meio de políticas, programas e currículo. De fato, em 2019, um Fórum Global sobre Liberdade Acadêmica, Autonomia Institucional e o Futuro da Democracia, organizado pelo Conselho Europeu, adotou uma declaração na qual o primeiro parágrafo declara: "A educação, incluindo o ensino superior, é responsável por avançar e disseminar conhecimento e desenvolver **cidadãos éticos e capazes**." Esse foco nas qualidades dos graduados é significativo e essencial.

O ex-presidente do Conselho Europeu, Herman von Rompuy, acerca dos valores e direitos humanos, disse uma vez que o que evocamos com mais frequência é na realidade o que nos falta. A atenção renovada aos valores no ensino superior pode ser um sinal de que o setor perdeu seu compromisso com eles? Os valores e a responsabilidade social foram esquecidos ou ignorados? Quanto é o compromisso com valores como integridade, solidariedade, inclusão etc., sobre marketing e se sentir bem, e como esses conceitos são aplicados e vividos nas universidades de todo o mundo?

Idealmente, as universidades são espaços, reais e virtuais, onde verdades e novos conhecimentos são buscados e compartilhados livremente, onde o diálogo racional e respeitoso é promovido e protegido, onde prevalece a abertura a outras perspectivas e onde a discriminação é banida. Somente a liberdade acadêmica e a autonomia institucional são insuficientes para criar tais espaços. Proteger apenas esses valores pode não ser suficiente para recuperar a confiança das instituições de ensino superior. Valores como equidade e justiça, integridade, veracidade, honestidade, ética, abertura, diálogo respeitoso e análise crítica também devem se tornar as marcas visíveis e acionadas dessas instituições. Isso requer um diálogo contínuo para desenvolver um consenso sobre valores compartilhados e um compromisso com a ação de todas as partes interessadas. Várias universidades ao redor do mundo, trabalhando com o MCO, estão seguindo essa jornada.

Responsabilidade e Obrigação

Hoje, o conhecimento científico é questionado e as notícias falsas se espalham rapidamente, velhos ódios como racismo, xenofobia e intolerância religiosa estão crescendo, e a humanidade é ameaçada pelo abuso e exploração contínuos dos recursos do planeta para obter ganhos econômicos por alguns. Em tempos como esses, as universidades e outras instituições de ensino superior têm a obrigação de falar a verdade ao poder e servir os interesses coletivos da sociedade. Suas funções, operações e, mais importante, seus propósitos e missão devem ser enquadrados por valores e princípios.◢

Eva Egron-Polak é ex-secretária geral e membro sênior da Associação Internacional de Universidades. E-mail: e.egronpolak@gmail.com.

O Ensino Superior é indispensável para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável

Jamil Salmi

Resumo
Durante muito tempo, a contribuição crucial do ensino superior para o desenvolvimento econômico e social foi subestimada pela comunidade internacional. Mas o compromisso global de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornou mais difícil ignorar que sistemas de ensino superior fortes e dinâmicos são indispensáveis para fazer progressos substanciais nos 17 ODS.

A empresa brasileira de aviação, Embraer, é líder mundial na produção de jatos regionais. O sucesso da empresa emblemática do país remonta à criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, Escola Nacional de Engenharia Aeronáutica), no início dos anos 50. Estabelecida em estreita parceria com o MIT (o primeiro presidente do ITA foi professor do MIT), o ITA treinou cientistas, engenheiros e técnicos que ajudaram a transformar a Embraer em uma empresa líder global.

Typhidot é uma técnica revolucionária para diagnosticar febre tifoide. Inventada por pesquisadores da Universidade de Ciências da Malásia em Penang (USM), a Typhidot é creditada por salvar milhares de vidas. Comparada com os métodos tradicionais de detecção da doença, a Typhidot é mais rápida, mais confiável, mais barata e não requer armazenamento a frio. O Centro de Inovações Médicas da USM, do qual Typhidot se origina, se dedica a encontrar maneiras inovadoras de diagnosticar doenças infecciosas de maneira acessível.

Até o início desta década, a maioria dos professores praticantes nas escolas primárias palestinas estava mal preparada e não possuía diploma universitário. Depois que os novos regulamentos exigiram que todos os professores tivessem um diploma universitário e uma qualificação profissional de ensino, três universidades da Cisjordânia trabalharam juntas com o apoio de uma renomada instituição britânica de treinamento de professores para revisar radicalmente seu programa de treinamento de professores, introduzindo uma abordagem baseada em competências e um elemento de experiência escolar.

Reconhecendo o valor do ensino superior

Estes são apenas três exemplos para ilustrar a contribuição única e vital que o ensino superior faz para o desenvolvimento econômico e social. Reconhecendo esse importante papel, o relatório pioneiro de 2000, intitulado *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promis*, pedia a ampliação do investimento em educação e pesquisa terciárias para equipar os países em desenvolvimento com o conhecimento e a mão de obra qualificada necessária para combater a pobreza e acelerar o crescimento econômico. Escrito por um grupo distinto de especialistas independentes, com apoio financeiro da UNESCO e do Banco Mundial, o relatório teve um impacto importante em três níveis. Primeiro, ajudou a reorientar as políticas dos doadores para dar maior atenção ao ensino superior nos países parceiros. Segundo, lançou iniciativas de reforma em vários países em desenvolvimento. Terceiro, abriu o caminho para o aumento da colaboração Sul-Sul.

Quinze anos depois, em setembro de 2015, o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelas Nações Unidas deu um novo impulso ao reconhecimento do papel principal desempenhado pelo ensino superior. De fato, é duvidoso que qualquer país de baixa renda consiga atingir os ODS sem um sistema de ensino superior forte e dinâmico. Além da contribuição essencial que o ensino superior pode dar aos objetivos de crescimento econômico sustentável (ODS 8) e redução da pobreza (ODS 1), ele avança em todas as outras 15 dimensões, desenvolvendo um setor agrícola forte e construindo uma infraestrutura resiliente para mitigar os efeitos devastadores das mudanças climáticas e preservar o meio ambiente. Isso não pode acontecer sem a participação de cientistas e profissionais bem treinados, e sem a aplicação de pesquisas de ponta na busca de soluções apropriadas para os grandes desafios enfrentados pelo planeta.

Sem o ensino superior, nenhum progresso em direção aos ODS

Com relação ao objetivo de diminuir a desigualdade (ODS 10), o ensino superior desempenha um papel crítico na promoção da mobilidade social por meio de oportunidades educacionais iguais para todos os grupos, especialmente estudantes carentes de grupos de baixa renda, minorias e pessoas com necessidades especiais. A conquista dos ODS também exige instituições fortes para o desenho e implementação de políticas e cidadãos conscientes que se preocupam com a inclusão social e econômica e a sustentabilidade ambiental.

A contribuição do ensino superior é crucial, em particular, para alcançar progressos reais no ensino básico e secundário. Um estudo recente constatou que mais de um quarto de todos os professores das escolas primárias em 31 países não havia atingido os padrões mínimos de educação. O ensino superior apoia o restante do sistema educacional através do treinamento eficaz de professores e diretores de escolas, o envolvimento de especialistas altamente qualificados no desenvolvimento de currículos e pesquisas educacionais e no design de testes apropriados para avaliar os resultados da aprendizagem dos alunos. A ligação simbiótica entre o ensino superior e os níveis mais baixos de escolaridade tem o potencial de estimular um círculo virtuoso de capacitação, no sentido de que a qualidade do ensino superior afeta a qualidade do ensino fundamental e médio e, por sua vez, é diretamente influenciada pela qualidade dos egressos do ensino médio.

Um argumento semelhante se aplica ao papel fundamental da educação e pesquisa médicas para atingir a meta de desenvolvimento sustentável da saúde (ODS 3). As universidades treinam médicos, enfermeiros, técnicos, epidemiologistas, especialistas em saúde pública e gerentes de hospitais que formam o pilar mais importante de qualquer sistema de saúde. As universidades e os institutos de saúde associados realizam a pesquisa fundamental e uma parcela significativa da pesquisa aplicada que condiciona qualquer progresso significativo na luta contra doenças e riscos à saúde.

Os países em desenvolvimento devem desenvolver sua capacidade de lidar com sérias ameaças à saúde, não apenas por causa das necessidades de segurança doméstica, mas também para contribuir efetivamente para a resolução de crises globais de saúde por meio de pesquisa colaborativa. De fato, a produção de pesquisa passou de disciplina dirigida para foco em problemas, com diversas equipes de cientistas de várias áreas disciplinares colaborando na resolução de problemas complexos, que geralmente correspondem a desafios compartilhados que afetam a humanidade como um todo, independentemente dos limites políticos. Esta evolução é melhor ilustrada pelas questões de saúde global que surgiram nos últimos anos, desde a SARS, a MERS e até as mais recentes epidemias de Ebola na África Ocidental. ◢

Com relação ao objetivo de diminuir a desigualdade (ODS 10), o ensino superior desempenha um papel crítico na promoção da mobilidade social por meio de oportunidades educacionais iguais para todos os grupos

Jamil Salmi é especialista global em ensino superior, professor emérito de política de ensino superior na Universidade Diego Portales, no Chile, e pesquisador do Centro Internacional de Educação do Boston College, EUA. Este artigo foi adaptado de seu livro de 2017 The Tertiary Education Imperative: Knowledge, Skills and Values for Development. Boston e Rotterdam: Sense Publishers. jsalmi@tertiaryeducation.org - www.tertiaryeducation.org.

O Ensino Superior e os ODS na África: mais do mesmo?

Damtew Teferra

Resumo
Muito se falou sobre o aumento do foco no ensino superior nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, quando comparado aos anteriores Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o novo quadro inclui realmente poucas referências ao ensino superior. Embora uma política mais forte e mais favorável ao setor deva ser buscada em nível global, a África faria melhor em concentrar seus esforços de desenvolvimento em outras políticas locais e regionais mais relevantes, que reconhecem o papel crucial do ensino superior no desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), antecessores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), têm sido amplamente criticados por negligenciar o ensino superior como um fator importante no processo de desenvolvimento. Após décadas de negligência por parte de organizações internacionais e governos nacionais, o setor de ensino superior em toda a África lutou para recuperar sua posição, e a falta de atenção ao setor nessa campanha internacional exacerbou ainda mais os danos.

Antes de serem apresentados em 2015, muitos comentaristas anteciparam que os ODS, a estrutura internacionalmente acordada para combater a pobreza, a desigual-

dade, as doenças e as mudanças climáticas, finalmente reconheceriam o papel legítimo do ensino superior na realização do avanço social, econômico e tecnológico, na redução da pobreza, na criação de riqueza e no desenvolvimento global sustentável. Mas ficou claro que os ODS eram apenas uma pequena reformulação dos ODM.

Por outro lado, as campanhas e políticas locais, iniciadas por organizações no continente, têm um mais foco na importância crucial do ensino superior e, talvez, devam ser aproveitadas como uma maneira de direcionar o financiamento necessário para instituições em toda a África.

A importância assumida dos ODS

Em 2015, pouco antes do lançamento dos ODS, foi proposto pelos Estados Membros da ONU um conjunto abrangente de ações políticas, no âmbito do acordo inovador da Agenda de Ação de Adis Abeba, com um pacote de mais de 100 medidas concretas para financiar o desenvolvimento sustentável, transformar a economia global e alcançar os ODS. Este acordo estipulou uma base sólida para apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Forneceu uma nova estrutura global para financiar o desenvolvimento sustentável, alinhando todos os fluxos e políticas de financiamento às prioridades econômicas, sociais e ambientais. A redação do acordo, que afetará o financiamento de quase todos os países da África Subsaariana, destaca o fato de que os fluxos de recursos em todo o continente estarão diretamente alinhados às prioridades dos ODS — nos quais, infelizmente, o ensino superior novamente teve um lugar muito tênue.

O ensino superior nos ODS e a realidade no terreno

Ao analisar as 17 metas e 169 objetivos dos ODS, é impressionante notar que as palavras “ensino superior”, “terciário” e “universidade” aparecem apenas uma vez cada e, no caso de “universidade”, de modo bastante tangencial. O único objetivo em que o ensino superior é mencionado explicitamente é o Objetivo 4, que estipula oportunidades de educação inclusiva e equitativa e de aprendizagem ao longo da vida. Também existem sérias falhas em termos de questões específicas relacionadas ao ensino superior. Por exemplo, o documento fala apenas em garantir acesso igual, não em expandir o acesso ou fortalecer o setor. Apesar do papel crítico do ensino superior em cumprir todas as metas, a falta de lobistas ativos e experientes no ensino superior durante o processo que leva aos ODS é evidente na virtual ausência do ensino superior neste grande esquema.

Como seria de esperar, dado o impacto da Agenda de Ação de Adis Abeba, há evidências de que essa ausência já está afetando as decisões de financiamento no terreno. A ministra da Ciência e Ensino Superior da Etiópia, por exemplo, observou recentemente que, embora o apoio a outros setores do sistema educacional esteja crescendo, o setor em seu portfólio ainda é considerado um luxo pela maioria e recebe apenas apoio marginal.

Enquanto isso, o que dá alguma esperança é que outras organizações estejam assumindo a causa do ensino superior.

Outra perspectiva sobre o ensino superior

Enquanto isso, o que dá alguma esperança é que outras organizações estejam assumindo a causa do ensino superior. No início de julho de 2019, durante um evento global organizado pela Higher Education Sustainability Initiative, três organizações universitárias representando globalmente mais de 2.000 universidades (a Associação de Universidades da Commonwealth, a Agence Universitaire de la Francophonie e a Associação Internacional de Universidades) usaram seu coletivo peso para defender a importância do ensino superior para os ODS. Durante o evento, eles declararam que, apesar das referências relativamente limitadas ao ensino superior dentro da estrutura dos ODS, nenhum dos ODS pode ser alcançado sem a contribuição do ensino superior por meio de pesquisa, ensino e envolvimento da comunidade. Da mesma forma, durante suas respectivas conferências em 2019, a Associação das Universidades Africanas e a Rede Internacional para o Ensino Superior na África tiveram um foco especial no ensino superior e nos ODS em suas deliberações.

Esses argumentos mais recentes apoiam a posição de várias organizações locais, que nos últimos anos vêm pedindo apoio ao ensino superior. Em 2016, por exemplo, o presidente da União Africana anunciou o estabelecimento de um Comitê de Dez Chefes de Estado e de Governo, ou C-10, para defender o ensino superior, a ciência e a tecnologia na África.

Na sua primeira reunião extraordinária em 2018, o comitê enfatizou que o ensino superior, a ciência e a tecnologia são instrumentos primários que permitirão à África implementar efetivamente sua visão de longo prazo da transformadora Agenda 2063 (União Africana), apesar dos desafios enfrentados no desenvolvimento no continente. Durante essa reunião de alto nível, os governos africanos foram instados — pela enésima vez — a aumentar seu investimento em pesquisa para 1%.

Outros países também estão se envolvendo. À medida que a África passou do "Continente Sem Esperança", conforme descrito pela revista The Economist em 2000, para "Um Continente Esperançoso" e "a economia que mais cresce no mundo", conforme descrito em 2013, o cenário de parcerias de desenvolvimento envolvidas com o ensino superior na África vem se expandindo — com atores "históricos" e "emergentes". Provavelmente mais motivado por um interesse geopolítico do que por qualquer consideração particular aos ODS, vários países estão lentamente entrando no cenário do ensino superior africano através de uma série de intervenções diretas e indiretas. A China é agora uma das maiores anfitriãs de estudantes africanos do mundo e está trabalhando duro para expandir o número de Institutos Confúcio no continente, além de trabalhar (fisicamente) para construir instituições — uma ocorrência rara. A Índia também abriga um dos maiores contingentes de estudantes africanos, embora esteja lutando para manter algumas de suas promessas à União Africana, de contribuir para o desenvolvimento do ensino superior no continente africano. A Coreia do Sul está emergindo como um ator ativo em cena, enquanto outros, como a Rússia, que dormia há mais de duas décadas após o desaparecimento da URSS, também estão demonstrando crescente interesse.

Conclusão

Enquanto um esforço global mais forte deve ser feito para garantir um lugar mais favorável para o ensino superior dentro da estrutura dos ODS, a África deve ser simultaneamente guiada pela Agenda 2063 da União Africana, particularmente em derivativos setoriais e com prazo determinado, como a Estratégia de Educação Continental para África (CESA) e Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África (STISA 2024).

Embora o apoio dos parceiros de desenvolvimento — no âmbito dos ODS ou como resultado de imperativos geopolíticos — possa permanecer importante, os países africanos não podem continuar a terceirizar suas aspirações, ambições e metas de desenvolvimento no setor de ensino superior a outras entidades, por mais benevolentes, caridosas ou altruístas que possam ser.◢

Damtew Teferra é professor de ensino superior na Universidade de Kwazulu – Natal e diretor fundador da Rede Internacional de Ensino Superior na África, em www.inhea.org. E-mail: teferra@bc.edu ou teferra@ukzn.ac.za.

Ensino superior privado global: um segundo lugar distante?

Daniel C. Levy

Resumo
Embora permaneça globalmente em segundo lugar no setor público e na maioria dos países, o ensino superior privado vem se expandindo rapidamente e agora detém um terço das matrículas no mundo — e continua a crescer e se diversificar. Alcançou significância em vários aspectos qualitativos e até liderança ou co-liderança em alguns. O setor privado é um segundo setor proeminente.

Não obstante o espetacular aumento global do ensino superior privado (PHE, sigla em inglês) no último meio século, o setor público permanece claramente o primeiro setor no ensino superior. O setor público geralmente é o primeiro cronologicamente, geralmente o único setor; o PHE sendo apenas uma realidade recente. O ensino superior público continua sendo facilmente o maior setor globalmente; é significativamente maior na maioria das regiões geográficas, menor em possivelmente nenhuma. Além disso, em quase todos os países, o setor público permanece mais forte na maioria dos assuntos, dentro e fora da academia. O setor público geralmente possui as principais instituições, professores, estudantes de primeiro grau e pós-graduação e pesquisa. Possui maior poder político, presença econômica impactante e extensão social.

Mas quão distante é o segundo lugar? Neste artigo, consideramos onde o PHE é excepcionalmente o primeiro, a ascensão frequente do PHE de tamanho limitado ao amplo segundo lugar e pontos comuns pelos quais o PHE compartilha parte do primeiro lugar.

Primazia rara de PHE: onde e como

O setor privado é o maior em vários países, incluindo os grandes. O Japão e a Coreia do Sul são os únicos dois países desenvolvidos, mas o setor privado também é o maior no Brasil, Chile, Índia (com de longe a maior matrícula privada do mundo), Indonésia, Peru e Filipinas, acompanhados por muitos exemplos menores (por ex.: Burundi, Camboja, El Salvador, Líbano, Uganda e Emirados Árabes Unidos).

Uma exceção de natureza completamente diferente é a supremacia privada em qualidade, não em quantidade. Essa exceção caracteriza apenas os Estados Unidos, mas esse é o sistema mais importante do mundo. Especialmente no auge do sistema, o setor privado se destaca, em média, acima do público em relação à qualidade, seletividade e status da pesquisa, corpo docente e estudantes. Provavelmente, o único outro país em que o privado se aproxima do público no auge é a Coreia do Sul.

De limitado a grande segundo lugar em tamanho

Até 1980, o PHE era um segundo setor distante fora das Américas, tanto em tamanho quanto na maioria dos outros aspectos, com poucas exceções fora da Ásia. De fato, muitos países ainda careciam de um segundo setor, sendo o PHE frequentemente banido, simplesmente ausente ou apenas marginal. O fim do comunismo trouxe um avanço histórico de PHE na Europa e na Ásia Central, enquanto na China e no Vietnã, a transformação do mercado do comunismo abriu caminho para o PHE. Em outros lugares, a emergência privada resultou de várias combinações nacionais individuais de condições acadêmicas, sociais, econômicas e políticas, bem como emulação e permissão para a entrada de fornecedores internacionais. A maior parte da África estabeleceu o PHE apenas nos anos 90 ou depois, a maior parte da região árabe nos anos 2000. Mais frequentemente, o aumento global do PHE ocorreu principalmente por meio de um crescimento rápido e diversificado em setores privados preexistentes.

Em 2000, o PHE possuía 28% das matrículas globais e, em 2010, 33%. Muito mais impressionante — dado que o setor público cresceu como nunca — foi um crescimento privado absoluto, mais do que dobrando de 27 para 57 milhões entre 2000 e 2010 e, sem dúvida, mais de 75 milhões até 2019. Na América Latina, o PHE pode não ser o segundo em tamanho (49%, 2010), enquanto seu segundo lugar na Ásia (42%) é claramente uma presença gigantesca na que facilmente é a maior região de ensino superior. Mesmo em outros lugares — o setor privado dos EUA com pouco menos de 30% e outras regiões com menor participação privada — cada região teve um grande crescimento privado absoluto no novo século, todos, exceto os Estados Unidos, observando um crescimento na participação privada. Nenhuma região possui mais do que alguns países isolados sem PHE. O setor privado permanece claramente em segundo lugar, mas quase onipresente e formidável em termos globais.

Principalmente em segundo lugar, mas empatado com o primeiro em desempenho

A liderança geral do setor público não é mais rara, tanto no sistema de ensino superior como no auge acadêmico, a ser empatada por prestigiadas instituições privadas e até pela liderança ou co-liderança em empreendimentos notáveis. Instituições privadas de "semi-elite", agora proeminentes em muitos países e presentes em muitos outros, não apenas lideram a maioria das contrapartes públicas, mas muitas vezes estabelecem primazia em certos campos práticos, como administração de empresas, administração, economia ou ciências da computação, às vezes em pedagogia, embora raramente em pesquisa. Não raramente, as universidades religiosas veneráveis ou empreendedoras são próximas das universidades seculares da semi-elite.

O PHE também alcança cada vez mais um tipo de primazia mais distante do pináculo acadêmico, inclusive por meio de cadeias e conglomerados internacionais ou nacionais com fins lucrativos.

O PHE também alcança cada vez mais um tipo de primazia mais distante do pináculo acadêmico, inclusive por meio de cadeias e conglomerados internacionais ou nacionais com fins lucrativos. Frequentemente, com uma clientela socioeconômica menor do que suas contrapartes de semi-elite, as instituições privadas "orientadas para o produto" se ligam ao mercado de trabalho. Assim, estabelecem parcerias de trabalho-estudo, emprego e análise aplicada com empresas, prestando aconselhamento a estudantes e a gerentes institucionais.

Um tipo diferente de primazia de nicho aparece quando as instituições atendem a grupos sociais específicos, ou podemos dizer indivíduos que buscam associação significativa com seu grupo social. De longe, o tipo mais comum de instituição de "identidade", tanto histórica quanto atualmente, é a religiosa. As instituições voltadas para mulheres e etnias, no entanto, também são as primeiras escolhas de alguns. Embora instituições de gênero, étnicas e religiosas possam ser públicas, a primazia privada é clara para a questão de gênero e especialmente para instituições religiosas.

Nofuturo

Como sempre, a melhor previsão é duvidosa e baseada em tendências recentes. Assim, esperamos que o PHE permaneça como segundo setor globalmente, mas um segundo significativo, com algumas exceções quantitativas ou mesmo qualitativas por país e uma mistura mais comum de primazia pública com eminência privada e até liderança em certas atividades importantes. Talvez a previsão mais segura seja que muitos dos desenvolvimentos globais destacados nesta edição de aniversário do IHE influenciarão o status de segundo setor do PHE. Por sua vez, este segundo setor do ensino superior influenciará esses desenvolvimentos globais.◢

Daniel C. Levy é professor da SUNY, Universidade de Albany, Departamento de Política Educacional e Liderança, e diretor do Programa de Pesquisa em Ensino Superior Privado (PROPHE), que contribui com uma coluna regular na IHE. E-mail: dlevy@albany.edu.

Confiança pública e bem público

Patti McGill Peterson

Resumo

O ensino superior nos Estados Unidos enfrenta uma perda de confiança. Grande parte da resposta à diminuição da confiança do público se deve ao foco do movimento de prestação de contas em benefícios individuais e privados. A confiança pública, no entanto, exigirá um engajamento social proativo que forneça um argumento convincente para as contribuições do ensino superior para o bem público. Embora esses desafios sejam discutidos da perspectiva dos EUA, há implicações globais.

O ensino superior nos Estados Unidos está enfrentando uma perda de confiança do público. Isso é preocupante porque o forte apoio ao ensino superior é uma característica importante de uma sociedade civil que funciona bem. Como a imprensa livre e os tribunais independentes, as universidades e faculdades são parte essencial da infraestrutura da democracia. Seu status, no entanto, depende da opinião do público de que eles, juntamente com outras instituições da sociedade, contribuem para o bem público.

As pesquisas geralmente confirmam o declínio do apoio. Uma pesquisa da Gallup indicou que, de 2015 a 2018, a confiança do público em faculdades e universidades caiu quase 10%. Muitos americanos ainda aspiram a se matricular no ensino superior, mas sua confiança diminui devido a preocupações com sua acessibilidade e resultados. O custo do ensino superior e seu valor percebido são fatores centrais na perda de confiança. A combinação dos preços das mensalidades e da dívida estudantil testou a confiança dos estudantes e de suas famílias. Por fim, isso gerou uma pergunta crítica: "Vale a pena?"

Custo, valor e responsabilidade

A questão do valor pelo preço desempenhou um papel central no movimento de prestação de contas nos Estados Unidos. Maior responsabilidade também é citada como uma maneira de restaurar a confiança do público. Enquanto apenas 48% dos adultos da pesquisa Gallup estavam confiantes em relação ao ensino superior, 76% consideraram que exigir que as instituições relatassem taxas de graduação ajudaria. Seja no nível institucional, com o fornecimento de mais informações aos candidatos, ou através do governo, com veículos como o College Scorecard, o objetivo é tornar o ensino superior mais amigável e confiável.

Novas iterações de responsabilidade se concentrarão na dívida dos estudantes por programa acadêmico e nos ganhos de curto prazo dos graduados. Essas divulgações foram criadas para aumentar a transparência e a confiança do público. O resultado não é apenas uma visão restrita dos objetivos pretendidos do ensino superior, mas também uma indicação de que seu pacto com o público se baseia cada vez mais na premissa de que seja um bem privado, baseado no retorno individual do investimento.

O aumento rápido da taxa de matrícula e da dívida deve ser tratado, mas a confiança social sustentável precisará estar ligada a mais do que benefícios individuais. Este será o desafio. Uma pesquisa da Teachers College da Universidade da Columbia apresenta insights preocupantes. Mostra como o atual cenário demográfico e político nos Estados Unidos complica a ligação entre a confiança e o bem público.

Superando as Divisões

As divisões políticas não beneficiaram a confiança do público. Críticos conservadores atacaram faculdades e universidades em questões de liberdade de expressão, faculdade politicamente tendenciosa e currículo politicamente correto. Eles rotularam o ensino superior de 'clube da elite', fora do alcance de cidadãos comuns. Os dados confirmam uma profunda divisão política, mas há uma fissura bem profunda com base nos resultados educacionais dos entrevistados. Em questões relacionadas às contribuições do ensino superior para os avanços científicos que beneficiam a sociedade, a prosperidade e o desenvolvimento nacional e o enriquecimento e crescimento pessoal dos graduados, a diferença entre os graduados e os que não possuem diploma foi significativa. O último grupo tinha uma visão muito mais negativa dos benefícios do ensino superior.

Os relacionamentos do ensino superior são principalmente com aqueles que estão diretamente envolvidos com o fornecimento ou recebimento de seus benefícios. Para instituições tradicionais de tijolo e cimento, esses relacionamentos são construídos sobre a cultura institucional que muitas vezes é misteriosa para o público em geral. Pessoas de fora não compreendem muito da prática e da linguagem que refletem essa cultura. As admissões e práticas de ajuda financeira em instituições seletivas precisam de muito mais explicações à luz dos escândalos recentes. Para agravar o problema, as pessoas do ensino superior costumam falar em códigos. Terminologias como autonomia institucional, revisão por pares, liberdade acadêmica, internacionalização e artes liberais tendem a ampliar o mistério.

Construindo confiança

A confiança, com base na apreciação da contribuição do ensino superior para o bem público, começa com o reconhecimento do quê as instituições fazem e porquê exigem uma explicação mais clara, além de um diálogo melhor com o público. Isso começa nas comunidades onde há faculdades e universidades, mas precisa ir além da construção de relacionamentos locais para um diálogo nacional.

Algumas das críticas ao ensino superior são bem merecidas e devem ser reconhecidas como parte da discussão com o público. O momento para uma conversa mais convincente é agora. Os cientistas climáticos são um bom exemplo de acadêmicos escrevendo e falando sobre uma questão urgente e complexa de maneiras que os não-acadêmicos possam entender. Eles percebem o quão importante é alcançar um público amplo para criar uma narrativa que contrarie os defensores da negação. Há muito que o ensino superior precisa discutir com o público. Os elementos desse engajamento serão baseados em relacionamentos institucionais fortes e transparentes que, em última instância, formam uma voz coletiva e coordenada em nível nacional sobre o valor que faculdades e universidades trazem, não apenas para os indivíduos, mas também para o bem-estar comum.

Implicações globais

Os Estados Unidos têm seus próprios desafios, mas não estão sozinhos ao enfrentar perguntas sobre o valor do ensino superior e a perda de confiança do público. O pacto social com o ensino superior está se desgastando em outros países. Aqueles que outrora subsidiaram fortemente a educação pós-secundária e passaram a aumentar o compartilhamento de custos com os estudantes entraram no campo da mercantilização e do valor pelo preço. Nesse cenário, os resultados, a transparência e as práticas éticas são expectativas importantes e legítimas, mas deixam de ser um argumento robusto para as inúmeras conexões do ensino superior com o bem público. Embora as instituições em todos os lugares tenham a obrigação de prestar contas a cada aluno, isso não substitui uma narrativa mais abrangente sobre as maneiras pelas quais todos os aspectos da missão institucional — pesquisa, ensino e serviço — contribuem de maneira positiva para a sociedade como um todo.

As narrativas nacionais dominantes que caracterizam o ensino superior como elitista, irrelevante ou um perigo para o público exigem uma resposta robusta. Diante de ataques a instituições democráticas, nacionalismo crescente e antiglobalismo, a contra-narrativa pode significar muito mais envolvimento com o público do que tradicionalmente tem sido o caso de faculdades e universidades. O imperativo global do ensino superior é ser proativo ao estabelecer a conexão entre seu trabalho e o bem público, a fim de manter a confiança do público.

As narrativas nacionais dominantes que caracterizam o ensino superior como elitista, irrelevante ou um perigo para o público exigem uma resposta robusta.

Patti McGill Peterson atuou como consultora presidencial de iniciativas globais no Conselho Americano de Educação de 2010 a 2016. Anteriormente, chefiou o Conselho de Intercâmbio Internacional de Estudantes e é presidente emérita do Wells College e da Universidade St. Lawrence.

Internacionalização do Ensino Superior

Desenvolvimentos do Ensino Superior na Área Europeia e no Mundo

- **4 edições por ano**
  em inglês com 6–7 artigos por edição
- **Acesso ilimitado**
  ao site do boletim
- **268 €**
  por 1-ano
- **Campus licences**
  também disponíveis

Internationalisation of Higher Education – Developments in the European Higher Education Area and Worldwide é uma publicação para profissionais e formuladores de políticas no ensino superior. Examina os processos de internacionalização em países de todo o mundo, com foco especial nos desenvolvimentos na Europa resultantes do Processo de Bolonha.

DUZ medienhaus

PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE:
www.handbook-internationalisation.com

Available in the DUZ web shop!

Internationalization of Higher Education:
An Evolving Landscape, Locally and Globally

IAU 5th Global Survey

by Giorgio Marinoni

Since 2003, the International Association of Universities (IAU) has conducted regular Global Surveys on Internationalization of Higher Education to gain a thorough understanding of the potential benefits, risks and challenges associated with internationalization processes at HEIs around the globe.
These surveys have proven extremely helpful, providing the required support to governments, institutions and individuals as they develop or update their internationalization strategies, approaches, policies and activities.

Based on input from 907 HEIs in 126 different countries, the IAU 5th Global Survey Report is the most geographically comprehensive collection and analysis of primary data on internationalization of higher education ever undertaken. It covers all aspects of internationalization from policy and activities to research, human resources and staff development, student mobility and the design of curricula.

254 pages – 69,- €

For further information visit:
www.duz-medienhaus.de

DUZ medienhaus

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES

O movimento do ensino gratuito

Ariane de Gayardon e Andrés Bernasconi

Resumo
Este artigo fornece uma visão do movimento do ensino gratuito observado globalmente. Ele analisa as forças que levaram à adoção de políticas de ensino gratuito e questiona sua sustentabilidade à luz dos eventos recentes nos países que adotaram tais políticas.

Nas últimas décadas, o aumento dos custos e a massificação no ensino superior levaram a um aumento no compartilhamento de custos, transferindo o custo dos governos para os estudantes. Como resultado, os debates em torno do financiamento do ensino superior se concentraram no aumento das mensalidades, no uso de empréstimos para estudantes e no aumento da dívida estudantil. Nesse contexto, é surpreendente que a década de 2010 tenha revivido a política oposta: ensino superior sem taxas, com decisões políticas em todo o mundo para reverter, de modo único ou dominante, para o ensino superior financiado pelo governo.

O movimento do ensino gratuito

O recente movimento do ensino gratuito começou em 2011 no Chile, com demonstrações massivas de estudantes solicitando aulas gratuitas. Esse movimento foi resultado de um alto ônus da dívida estudantil e do apelo ao fim da comercialização do ensino superior. A agenda do movimento estudantil permeava as eleições presidenciais de 2013, vencidas pela candidata socialista Michele Bachelet, em grande parte com a promessa de tornar o ensino superior gratuito para todos.

Eventos semelhantes aconteceram na África do Sul em 2015–2016, com o movimento #FeesMustFall que levou os estudantes às ruas. Contra o conselho de seus próprios especialistas, o Presidente Zuma anunciou um plano para introduzir aulas gratuitas em 2017. Outros países seguiram o exemplo. Em 2017, a Nova Zelândia elegeu um primeiro ministro cuja plataforma eleitoral incluía aulas gratuitas. As Filipinas assinaram o ensino superior gratuito em 2017. Em 2018, o presidente da Libéria anunciou o início das universidades públicas gratuitas, seguidas pelas Ilhas Maurícias em 2019.

As discussões sobre o ensino superior gratuito também estão em andamento nos Estados Unidos, onde trata-se de um problema em muitos programas dos candidatos democratas para 2020, incluindo Bernie Sanders e Elizabeth Warren. O movimento do ensino gratuito é, portanto, uma tendência importante a ser compreendida para o futuro do ensino superior.

O renascimento de uma ideologia

Em meio à tendência de compartilhamento de custos, alguns países ao redor do mundo, a maioria com ideologias estatais de bem-estar, mantiveram o ensino superior gratuito (em instituições públicas), incluindo, entre outros, Alemanha, Noruega, Suécia e grande parte da América Latina. Só recentemente os países que usaram o compartilhamento de custos decidiram reverter e adotar os princípios do ensino gratuito.

Na maioria dos casos, o descontentamento dos alunos parece ter sido o motivo da mudança. Esse descontentamento geralmente era alimentado por preocupações financeiras, devido ao aumento das mensalidades. No Chile, o alto custo das mensalidades e a dívida estudantil foram fundamentais para a afirmação dos estudantes de que o ensino superior era "comercializado". Como resultado, uma das demandas do movimento chileno era melhorar o acesso ao ensino superior para os mais pobres por meio do ensino superior gratuito. Na África do Sul, o movimento #FeesMustFall se concentrou no aumento de taxas, mas preocupações com o racismo, com a descolonização e com a equidade estavam subjacentes às demandas. O anúncio de aulas gratuitas na Libéria também veio depois dos protestos dos estudantes contra os aumentos.

Sob as perspectivas dos vários governos, abraçar essa ideia parece ter motivações políticas — com o objetivo de obter votos — e não com base em uma análise rigorosa das opções. No Chile e na Nova Zelândia, o ensino gratuito era um argumento nas plataformas eleitorais das eleições. Nas Ilhas Maurícias, a declaração do presidente aconteceu no início de um ano eleitoral. Na África do Sul, a lei foi anunciada quando o presidente Zuma foi envolvido em escândalos. Para muitos políticos, o ensino gratuito parece uma proposta poderosa e fácil de entender que garante um forte apoio popular.

O ensino gratuito pode ser bom para a política, mas como medida pode ser insuficiente.

Ariane de Gayardon é pesquisadora associada sênior do Centro de Ensino Superior Global, Instituto de Educação, University College London, Reino Unido. E-mail: a.gayardon@ucl.ac.uk.

Andrés Bernasconi é professor de educação na Pontifícia Universidade Católica do Chile e diretor do Centro de Estudos Avançados em Justiça Educacional (CJE). E-mail: abernasconi@uc.cl.

Resumo

A massificação do ensino superior é um fenômeno global neste século. Surpreendentemente, os países menos desenvolvidos confiaram nos mercados para massificar o ensino superior, enquanto as economias maduras de mercado confiaram principalmente nas instituições públicas para massificar, se não universalizar, o ensino superior. A massificação do ensino superior liderada pelo mercado na Índia é acompanhada por crescentes desigualdades regionais e econômicas e persistentes desigualdades sociais e de gênero. Uma abordagem inclusiva e estratégias amigáveis para oferecer ensino superior de qualidade, aprimorar a empregabilidade e melhorar a competitividade global dos graduados são elementos inegociáveis na agenda do desenvolvimento do ensino superior.

A realidade sobre o ensino gratuito

O ensino gratuito pode ser bom para a política, mas como medida pode ser insuficiente. Ele levou muitos de seus partidários ao poder, mas falhou em melhorar consistentemente a equidade no ensino superior. No Chile, a promessa de ensino gratuito levou Michele Bachelet ao poder, mas não melhorou a participação das populações mais desfavorecidas, uma vez que a matrícula está condicionada a resultados acadêmicos anteriores. De fato, o ensino gratuito geralmente beneficia principalmente grupos de alta renda, enquanto estudantes de origens mais pobres são mantidos fora das instituições públicas gratuitas. Da mesma forma, as políticas de ensino gratuito foram vinculadas ao subfinanciamento das universidades e às questões de qualidade.

Mas a principal questão do atual movimento do ensino gratuito é a incapacidade dos políticos que o defendem de torná-lo uma realidade sustentável. No Chile, apenas os estudantes dos 60% de famílias mais pobres recebem atualmente ensino superior gratuito — e apenas em instituições elegíveis. Embora a ideia seja financiar aulas gratuitas para todos, difíceis condições econômicas pararam o progresso. Na África do Sul, a lei proposta também visa os estudantes mais pobres. Na Nova Zelândia, os orçamentos das universidades foram congelados logo após o anúncio do ensino gratuito. Em uma época de massificação, financeiramente é difícil manter as mensalidades gratuitas e os escassos recursos governamentais precisam ser melhor direcionados.

Ensino gratuito direcionado

Como resultado, surgiu no Chile uma nova tendência, de certa forma acidentalmente, mas com mais propósito em outros países: aulas gratuitas direcionadas, em que o ensino superior gratuito é limitado a estudantes de baixa formação socioeconômica. Essa solução foi implementada recentemente no estado de Nova York, na Itália, no Japão e na África do Sul, entre outros. Aulas gratuitas direcionadas têm o apelo político de uma política de ensino gratuito, mas com melhor eficiência econômica. Fornece recursos financeiros para aqueles que mais precisam, respondendo às questões de equidade e financiamento da universidade. O futuro dirá se essa abordagem será bem-sucedida e poderá ser adotada mais amplamente. ◢

Desenvolvimento do ensino superior globalmente competitivo e inclusivo na Índia

N. V. Varghese

A expansão global do ensino superior é um fenômeno deste século, com um acréscimo de quase 7,5 milhões de estudantes a cada ano. Os países em desenvolvimento representam uma parcela importante dessa adição líquida. Caminhos flexíveis e sistemas de aprendizagem mediados pela tecnologia expandiram as oportunidades de buscar o ensino superior globalmente. Essa rápida expansão é muitas vezes liderada por forças de mercado e acompanhada de desigualdades no acesso e grandes variações na qualidade da oferta educacional.

A Índia não é exceção a essas tendências globais. O ensino superior indiano evoluiu de um setor de crescimento lento e baixo número de matrículas para um sistema massificado de rápido crescimento neste século. Entre 2000 e 2018, as taxas de crescimento aceleraram e alcançaram dois dígitos, a taxa bruta de matrículas triplicou e atingiu 26,2%, o número de universidades mais que triplicou e chegou a 960, o número de faculdades mais que quadruplicou (para 42.000) e as matrículas aumentaram mais de 4,5 vezes, para 36,8 milhões. O setor de ensino superior indiano

superou o dos Estados Unidos e se tornou o segundo maior do mundo.

As reformas favoráveis ao mercado ajudaram as instituições privadas de ensino superior a proliferar, transferiram o ônus financeiro da expansão para as famílias e, portanto, resultaram na perpetuação das desigualdades de acesso e qualidade. Não há dúvida de que políticas de ação afirmativa contribuíram para promover a inclusão. No entanto, persistentes tendências de exclusão no sistema contribuíram para desigualdades sociais e linguísticas no acesso ao ensino superior e um aumento das desigualdades dentro de grupos desfavorecidos.

Há evidências de que as desigualdades regionais e econômicas no acesso ao ensino superior aumentaram e as desigualdades sociais persistiram, enquanto as desigualdades de gênero, ainda que grandes, diminuíram. A expansão não-planejada do setor privado levou a uma concentração regional de instituições. Entre 2007 e 2014, a desigualdade nas taxas de matrículas entre os grupos de renda mais baixa e mais alta aumentou de 43,6 para 63,7 pontos percentuais.

Enquanto o inglês é o idioma das profissões e dos negócios em todo o globo, na Índia é o idioma das instituições de elite. Alunos de escolas particulares de ensino médio e alto nível respondem por uma parte desproporcionalmente alta de matrículas em instituições de ensino superior de elite. O inglês se tornou um obstáculo para grupos desfavorecidos na busca pelo ensino superior. Para evoluir para um sistema de ensino superior mais inclusivo, a Índia precisa enfrentar desafios relacionados à igualdade de oportunidades e diversidade do corpo discente.

Qualidade do ensino superior e empregabilidade dos graduados

A qualidade do ensino superior é fundamental para a reputação institucional, um critério básico que determina as escolhas dos alunos e um ativo para os empregadores que competem no mercado global. Na Índia, o ensino superior sofre de baixa qualidade em geral e grandes variações de qualidade entre as instituições. A Índia criou mecanismos externos de garantia da qualidade para credenciar instituições e células internas de garantia da qualidade para monitorar a qualidade no nível institucional. No entanto, uma grande parte das instituições de ensino superior na Índia permanece não-reconhecida.

Exercícios de classificação e iniciativas nacionais para estabelecer instituições de classe mundial são evidência de um interesse crescente em questões de qualidade. As instituições indianas têm uma classificação baixa globalmente. De acordo com os últimos rankings de QS, nove instituições indianas estão listadas entre as 500 melhores e apenas três instituições entre as 200 melhores. Em 2015, a Índia estabeleceu seu Quadro Nacional de Classificação Institucional e agora embarcou no desenvolvimento de “instituições de destaque de classe mundial. "

A má qualidade do ensino superior resulta no declínio da confiança do empregador nas competências dos graduados. Para melhorar as habilidades de qualidade e empregabilidade, as universidades devem revisar seus currículos com base no Quadro Nacional de Qualificação do Ensino Superior. A Política Nacional de Educação (NEP, sigla em inglês) 2019 prevê a criação de um Conselho Geral de Educação para especificar resultados de aprendizagem e atributos de pós-graduação.

Internacionalização do ensino superior indiano

A internacionalização ocorre nacionalmente através de alterações curriculares e no exterior através da mobilidade transfronteiriça de programas, estudantes, instituições e professores. As revisões curriculares previstas no NEP 2019 promoverão a internacionalização em casa. A Índia ocupa o segundo lugar em termos de envio de estudantes ao exterior para estudos (300.000 anuais) e matrículas em MOOCs. Também são tomadas iniciativas para permitir que universidades estrangeiras estabeleçam filiais independentes na Índia.

A abordagem indiana à internacionalização visa estender o poder brando e as relações diplomáticas em vez de interesses financeiros. O país pretende se transformar em um centro educacional e um destino de estudo preferido para estudantes estrangeiros. A Índia lançou vários programas para aumentar o número de estudantes internacionais de 46.000 atualmente para 500.000 até 2024. O programa Study in India e um plano massivo para financiar 50.000 bolsas de estudos até 2023-2024 são bons exemplos dessa promoção da internacionalização.

A massificação liderada pelo mercado do ensino superior nos países em desenvolvimento é acompanhada por várias formas de desigualdades e crescente comercialização, resultando na exclusão dos pobres e desfavorecidos.

A Iniciativa Global para a Rede Acadêmica, o Esquema para a Promoção da Pesquisa e Colaboração Acadêmica e os programas que incentivam os acadêmicos a voltarem para a Índia devem estimular o envolvimento global. A Índia planeja investir o equivalente a US$ 130 milhões em iniciativas de internacionalização, o que pode ajudar o país a emergir como um importante ator global em educação.

Olhando para o futuro

Os países em desenvolvimento têm um potencial maior do que os países industrializados para expandir seus sistemas de ensino superior. No entanto, a massificação liderada pelo mercado do ensino superior nos países em desenvolvimento é acompanhada por várias formas de desigualdades e crescente comercialização, resultando na exclusão dos pobres e desfavorecidos. O desafio é abordar questões de equidade e diversidade e fornecer ensino superior de qualidade inclusiva a um custo acessível.

Enquanto o volume de jovens e a baixa taxa de matrículas permitem que o ensino superior indiano se expanda para se tornar o maior sistema do mundo, as tendências mais recentes indicam uma taxa de crescimento em desaceleração no setor. Dada a alta parcela de formandos do ensino médio que ingressam no ensino superior na Índia (mais de 90%), um rápido crescimento do setor parece difícil, a menos que haja um crescimento acelerado do ensino médio em estados atrasados na Índia. A outra possibilidade de superar a escassez de graduados do ensino médio é aumentar a matrícula de estudantes adultos. De qualquer forma, uma expansão adicional do setor pode depender cada vez mais de financiamento privado/doméstico, universidades abertas e instalações de aprendizado com assistência tecnológica. ◢

N.V. Varghese é vice-chanceler e diretor do Centro de Pesquisa em Políticas de Ensino Superior, Instituto Nacional de Planejamento e Administração Educacional (CPRHE/NIEPA), Nova Deli, Índia. E-mail: nv.varghese@niepa.ac.in.

Publicar ou perecer

Maria Yudkevich

Resumo

Este artigo considera as causas e consequências do crescente papel do princípio "publicar ou perecer" nos sistemas acadêmicos modernos. Em particular, discute como vários tipos de universidades interpretam esse princípio e por que suas causas diferem entre os sistemas acadêmicos.

Nas últimas décadas, a pressão para publicar — o princípio “publicar ou perecer” — se tornou uma característica marcante da vida acadêmica. O que esse princípio significa e por que é considerado prejudicial e destrutivo pela profissão acadêmica?

Nas principais universidades e instituições de ensino, os professores reclamam constantemente do aumento dos requisitos formais e das expectativas informais sobre sua produtividade, por suas carreiras acadêmicas, promoção e bem-estar acadêmico.

No entanto, essas reclamações são distintas entre universidades e países. Nas universidades de elite dos EUA, as apostas em acessar cargos para a vida toda estão aumentando e as expectativas de posse agora exigem que os professores publiquem em um pequeno número de periódicos de alta qualidade. Enquanto isso, em muitas outras instituições, "publicar ou perecer" está associado a uma pressão crescente para publicar *mais*, com pouco respeito à qualidade e ao impacto. Para grande parte da profissão acadêmica, o sinal de que a quantidade é mais importante que a qualidade na publicação acadêmica está assumindo o controle.

Essa tendência é prejudicial para a profissão acadêmica em geral e para o acadêmico em particular. Com suas cargas cada vez maiores e um corpo estudantil crescente, o ensino é visto por muitos como inferior em relação à pesquisa. Em seguida, à medida que a demanda estimula a oferta, os periódicos crescentes, sem reputação e lidos por ninguém agora estão abordando esse único objetivo — atender autores que precisam relatar os resultados publicados. A pressão para publicar causa atomização e individualização na comunidade acadêmica: os professores tendem a gastar menos tempo e esforço na prestação de serviços acadêmicos, como trabalho em comitês acadêmicos ou orientação de professores, mudando suas prioridades para resultados publicáveis e subsídios externos (que também são importantes para

a promoção e exigem publicações, tanto para aplicar quanto para produzir). Finalmente, desde os primeiros passos em suas carreiras acadêmicas, os jovens estudantes podem aprender que o objetivo final do que estão fazendo não é procurar a verdade, mas publicar, como um fim em si mesmo. Isso pode afetar profundamente o moral acadêmico, os padrões de qualidade e as práticas de pesquisa.

A pressão para publicar causa atomização e individualização na comunidade acadêmica.

Massificação

Por que essa crescente pressão sobre a publicação na academia? Parece haver razões diferentes, dependendo dos sistemas acadêmicos serem orientados para o mercado ou controlados pelo estado.

Em sistemas orientados para o mercado, a massificação é um fator-chave, pois desencadeia vários processos associados à pressão de publicação. A participação nos contratos de curto prazo está crescendo e o número de acadêmicos sem perspectivas vem aumentando. Para estender seus contratos, eles precisam provar sua produtividade durante cada período de contrato — geralmente em uma perspectiva de curto prazo. Como resultado de contratos de curto prazo e consequente insegurança, o corpo docente pode optar por publicar em um fluxo contínuo, às vezes "mais rápido" do que "melhor".

Além disso, há uma demanda crescente por prestação de contas nos sistemas de ensino superior massificados: as universidades precisam informar à sociedade que gastam financiamento público para o bem comum. As publicações (e, em primeiro lugar, seus números agregados) parecem ser um indicador transparente desse impacto na sociedade.

Burocracia

Sistemas em que o papel do governo prevalece fornecem outro imperativo para "publicar ou perecer". Órgãos governamentais, ministérios e outros órgãos desejam medir o sucesso das instituições de ensino superior, usando preferencialmente indicadores formais, fáceis de estimar e comparar, com o mínimo de recurso à opinião de especialistas. Como uma medida de quão bem uma universidade funciona, a produção de publicações é imperfeita e bastante limitada, mas medir a qualidade do ensino é ainda mais difícil. Como os organismos externos dependem de indicadores formais, a quantidade tende a desempenhar um papel mais importante que a qualidade. Como regras e indicadores formais podem ser manipulados, vemos sinais alarmantes de tais manipulações em alguns países onde os governos iniciam e apoiam financeiramente iniciativas para estimular a excelência. Num contexto mais amplo, se percebe que a profissão acadêmica, como objeto de medida, se ajusta aos instrumentos de tais medidas e que esse ajuste afeta profundamente pesquisadores individuais e práticas e políticas de pesquisa institucional.

Outras fontes de pressão

Nos dois sistemas — orientados para o mercado ou controlados pelo governo —, a corrida ao ranking global cria uma pressão substancial de publicação nas instituições nacionais. A crescente "febre do ranking" aumenta o foco nas publicações, pois são um indicador-chave. As posições das universidades nas listas de classificação dependem das publicações — com as instituições geralmente se preocupando mais com sua quantidade agregada, não com a qualidade. Essa pressão leva os pesquisadores a não apenas comprometer a qualidade, mas, às vezes, a procurar publicar em campos com fatores de impacto mais altos e outras credenciais formais, ajustando seus tópicos de pesquisa e estratégias de publicação para obter melhores perspectivas de publicação e melhor credencial de classificação.

Isso fica ainda pior em situações nas quais o imperativo "publicar ou perecer" fica "acima de tudo" e exige um esforço de publicação também de professores que não deveriam fazer pesquisas — apenas ensinar. Atualmente, muitas instituições de ensino têm ambições de se tornarem instituições de pesquisa ou são forçadas por seus governos a fortalecer seu componente de pesquisa.

Conclusão

Em termos gerais, o princípio "publicar ou perecer" é frequentemente associado a um fenômeno de prevalência de controle não-acadêmico sobre a profissão acadêmica. Embora saibamos por que isso acontece e quão prejudiciais são as consequências, a questão do que deve ser feito para conter essa pressão ainda está em aberto. O que podemos dizer com certeza é que muitos artigos serão publicados sobre esse tópico.◢

Maria Yudkevich é professora associada de economia e vice-reitora da Escola Superior de Economia da Universidade Nacional de Pesquisa, Moscou, Rússia. E-mail: yudkevich@hse.ru.

O dilema do inglês

Philip G. Altbach e Hans de Wit

Resumo
O inglês é e continuará sendo o principal idioma científico global e um importante idioma de instrução para o futuro próximo. No entanto, ao mesmo tempo, está surgindo um debate mundial sobre o papel do inglês e sobre o papel das línguas em geral no ensino superior. O uso do inglês como idioma chave para o ensino superior em países que não falam inglês pode afetar a cultura e os modos de pensar, pois tem implicações na metodologia de pesquisa, publicação e orientação acadêmica, além de causar preocupação com a má qualidade da instrução. As consequências pouco notadas são a deterioração do aprendizado de outras línguas por estudantes de países de língua inglesa e a crescente sofisticação da tradução automática, reduzindo ainda mais a necessidade imediata de aprender outros idiomas. Há também uma preocupação com o papel das línguas coloniais no mundo em desenvolvimento, e particularmente na África. Não há soluções fáceis para o que alguns chamam de "imperialismo inglês". É crucial compreender todas as implicações, custos e benefícios do uso de outro idioma, e os tomadores de decisão têm uma grande responsabilidade em fazê-lo.

Em meados do século XX, o inglês havia se tornado a língua global da ciência e da bolsa de estudos. Com o surgimento da Internet e da globalização nos últimos anos do século e no novo milênio, esse domínio só aumentou - com todas as 50 principais revistas científicas publicadas em inglês e a grande maioria dos artigos acadêmicos de circulação internacional em inglês.

O advento da mobilidade estudantil em massa aumentou a atração do inglês (mais de 5 milhões de estudantes agora estudam fora de seus países de origem, com a maioria escolhendo países de língua inglesa). Um professorado cada vez mais móvel, incluindo milhares de estudantes de pós-doutorado, gravita para universidades de língua inglesa. Em países que não falam inglês, como a Etiópia, programas acadêmicos e até universidades inteiras usam o inglês como idioma de instrução - ou mesmo como o único idioma de instrução. Na África, Ruanda passou do francês para o inglês no ensino superior e, recentemente, o ministro da Educação da Argélia anunciou uma mudança do francês para o inglês no ensino superior. De fato, a maioria dos países agora possui universidades de nível médio em inglês, campus que usam inglês ou programas completos de pós-graduação em inglês. Por exemplo, na China é possível obter um MBA em inglês médio em mais de 30 universidades. As universidades na Rússia estão oferecendo programas acadêmicos direcionados em inglês principalmente a estudantes russos que buscam tais diplomas para aumentar suas perspectivas no mercado de trabalho local e internacional. As universidades chinesas incentivam seus professores a publicar em jornais de alto prestígio em língua inglesa e lhes oferece consideráveis recompensas financeiras por isso - enquanto a publicação em jornais chineses traz poucos benefícios. De fato, o número de periódicos em inglês na China cresce exponencialmente. O mesmo vale para outros países, como a África do Sul. Sem dúvida, o inglês continuará sendo o principal idioma científico global e um importante idioma de instrução para o futuro próximo - e mesmo nesses dias de nacionalismo e populismo, é provável que seu papel aumente. Países, instituições e indivíduos procuram se adaptar ao impacto do inglês na vida acadêmica em todo o mundo. No entanto, ao mesmo tempo, surge um debate sobre o papel do inglês e sobre o papel das línguas em geral no ensino superior.

Perguntas que valem a pena ser feitas

Vale a pena levantar questões sobre o impacto da onda do inglês. Em um sentido mais amplo, não há utilidade em rejeitá-lo; assim como a globalização é uma força inevitável, o mesmo ocorre com o papel do inglês no ensino superior.

A linguagem é mais do que apenas comunicação, também é cultura. As implicações do uso do inglês como idioma chave para o ensino superior em países que não falam inglês podem afetar a cultura e as formas de pensar. Os franceses e os italianos, sempre protetores de sua cultura, resistiram por muito tempo ao uso do inglês no ensino superior, mas recentemente mesmo eles se deram bem e há um número crescente de cursos de inglês na França e na Itália, ignorando protestos intensos não apenas por nacionalistas, defensores da proteção do patrimônio cultural nacional, mas também por acadêmicos.

O uso do inglês também tem implicações na metodologia de pesquisa, publicação e orientação acadêmica. Isso ocorre por vários motivos. Os periódicos de alto prestígio em inglês médio são quase exclusivamente editados por acadêmicos em países de língua inglesa, e esses editores confiam em grande parte em revisores também localizados nesses países. Mesmo os editores com uma mentalidade mais internacional trarão um viés para metodologias e orientações acadêmicas favorecidas na academia de língua inglesa, assim como a maioria dos revisores. Estudos mostram que os periódicos e artigos mais citados estão em inglês.

Acadêmicos de ambientes que não usam o inglês são prejudicados de várias maneiras. As instalações em inglês, não sendo a língua nativa, geralmente serão imperfeitas. E mais importante, em geral, são influenciados a obedecer as restrições metodológicas das principais tendências dominadas pelos ingleses em suas disciplinas. Isso pode ser menos relevante nas ciências naturais, onde as metodologias podem ser mais universais, mas possui considerável importância nas ciências sociais, onde realidades culturais e nacionais moldam as bolsas de estudos. E em todos os campos, pesquisadores e acadêmicos podem ficar tentados a orientar seus tópicos de pesquisa em direção ao que atrairá revistas e editores nos mercados dominantes de inglês médio.

Outra implicação, especialmente para as ciências humanas e sociais, é que a pressão para publicar em periódicos internacionais de inglês médio limita as possibilidades de contribuir para o debate na mídia local e, com isso, a possibilidade de contradizer notícias falsas, um argumento expresso, por exemplo, por acadêmicos da Holanda contra a pressão internacional das publicações. No International Higher Education #88, inverno de 2017, Akiyoshi Yonezawa observou que "a publicação limitada em inglês nesses campos está se tornando um sério obstáculo ao desenvolvimento das ciências humanas e sociais no Japão" e que "é improvável e indesejável que o inglês como língua acadêmica deve continuar a monopolizar áreas como ciências humanas e sociais, profundamente enraizadas em atividades e valores multilinguísticos e multiculturais."

Outra implicação, especialmente para as ciências humanas e sociais, é que a pressão para publicar em periódicos internacionais de inglês médio limita as possibilidades de contribuir para o debate na mídia local.

Uma realidade devido à oferta de cursos e programas em inglês médio em muitos ambientes não ingleses é a má qualidade das instruções oferecidas por muitos professores cujo domínio do inglês pode ser rudimentar ou cuja capacidade de ensinar no idioma é limitada. Isso, geralmente combinado com a compreensão limitada do inglês por muitos estudantes internacionais locais e não anglófonos, cria um ambiente em que ocorre pouca aprendizagem. Além disso, o conhecimento e o acesso aos materiais e textos do curso em inglês podem ser limitados. Em resumo, a oferta de programas de alta qualidade em inglês é complexa e requer um alto nível de fluência por parte do corpo docente e dos alunos.

Uma consequência pouco notada do aumento do inglês global nas universidades é a deterioração do status de aprender outras línguas por estudantes de países de língua inglesa. As matrículas em cursos e programas de língua estrangeira em todo o mundo diminuíram, com muitos estudantes (e professores) sentindo que podem se comunicar em inglês em qualquer lugar. Isso significa que os cursos sobre culturas e civilizações mundiais também diminuíram, reduzindo assim o conhecimento aprofundado das culturas entre os estudantes nativos de língua inglesa. Um fator adicional é a crescente sofisticação da tradução automática de materiais acadêmicos de todos os tipos, diminuindo ainda mais a necessidade de aprender idiomas estrangeiros.

Há também uma preocupação com o papel das línguas coloniais no mundo em desenvolvimento, particularmente na África. Os idiomas locais são usados no ensino público e primário, mas, com algumas exceções, não no ensino superior. Os riscos de tais políticas são altos: elitismo no acesso ao ensino superior; deterioração da qualidade da educação e pesquisa; falta de alinhamento com as necessidades locais; e domínio dos paradigmas ocidentais.

O debate na Holanda

A pressão contra o uso do inglês como idioma de instrução no mundo desenvolvido está aumentando. Na Itália e na Holanda, os acadêmicos foram a tribunal para impedir que as universidades adicionassem mais programas em inglês. Os argumentos variam, desde preocupações em manter a cultura nacional e a qualidade da educação, até alegar que a internacionalização é apenas uma fonte de receita que está sendo promovida às custas de uma boa educação para os estudantes locais. Esses dois últimos argumentos estão dominando o debate atual na Holanda, onde há um sentimento geral de que a disseminação do inglês como idioma de instrução, com a falta de uma abordagem estratégica, foi longe demais e se tornou um passivo. Entre as questões levantadas, estão as seguintes: por que áreas como literatura, história ou direito holandeses devem ser ensinadas em inglês? Disciplinas como a psicologia são ensinadas em inglês para atrair estudantes internacionais e compensar um declínio no interesse dos estudantes locais? A contribuição substancial que os estudantes internacionais fazem ao orçamento das instituições e à economia local e nacional deve contar mais do que investir em educação de qualidade para os estudantes locais? Por que os estudantes locais devem competir com estudantes internacionais por alojamento limitado?

E como se neutraliza o declínio do interesse dos estudantes locais pela língua e literatura holandesas? O ministro holandês da educação, cultura e ciência e líderes institucionais estão presos entre a pressão para competir internacionalmente e o imperativo de responder a essas questões - bem como os dos nacionalistas no parlamento. Encontrar um meio-termo não é fácil. Outros países, como Dinamarca e Alemanha, enfrentam debates semelhantes.

Conclusão

Não há soluções fáceis para o que alguns chamam de "imperialismo inglês". Hoje é uma realidade fundamental que o inglês seja a língua dominante da ciência e das bolsas de estudos, e cada vez mais da comunicação, formal e informal, entre estudantes e acadêmicos do mundo todo. Compreender todas as implicações da seleção do idioma de instrução de um programa ou de uma instituição inteira, e os custos e benefícios dessa decisão, é crucial, e os tomadores de decisão têm uma grande responsabilidade.◢

Philip G. Altbach é professor de pesquisa e diretor fundador, e Hans de Wit é professor e diretor do Centro Internacional de Ensino Superior do Boston College, EUA. E-mail: altbach@bc.edu; dewitj@bc.edu.

Como podemos estender os limites do nosso conhecimento?

Betty Leask

Resumo

Vinte e cinco anos de pesquisa nos ensinaram muito sobre a internacionalização do ensino superior. No entanto, neste artigo, argumento que as fronteiras do nosso conhecimento vêm sendo limitados por vários fatores. Sugiro que seja necessário reori-entar a criação de um imaginário social alternativo da interna-cionalização do ensino superior através de um conhecimento diferente.

Recentemente me lembrei de um artigo de Tamsin Haggis em *Studies in Higher Education* (Vol. 34, No. 4, junho de 2009, 377-390), que o que sabemos hoje sobre sobre a aprendizagem dos alunos no ensino superior é resultado direto das perguntas que fizemos e de onde procuramos as respostas. Além disso, o que perguntamos e onde buscamos respostas sobre a aprendizagem foi influenciado por nossos propósitos e interesses específicos, eles mesmos produtos de nossos contextos temporal e espacial. A autora acha que o foco em uma gama restrita de perspectivas e metodologias possíveis ao longo de 40 anos restringiu o que hoje sabemos sobre ensino e aprendizagem, nos levou a certas conclusões e ações e, mais importante, nos *afastou de outras*.

Hoje isso é relevante para o *IHE* por duas razões. Primeiro, porque algumas pesquisas de ensino e aprendizagem tiveram foco em questões relacionadas ao ensino de estudantes internacionais, no apoio a sua aprendizagem e em assuntos como a internacionalização do currículo. Segundo, porque nos últimos 25 anos, a internacionalização do ensino superior se desenvolveu e cresceu como um campo de estudo, um ramo do conhecimento que é pesquisado e ensinado, e virou tema de artigos e ensaios acadêmicos. Neste momento, é importante considerar: Que perguntas fizemos? Que suposições nos levaram a fazer essas perguntas? E qual foi o impacto sobre o que sabemos?

Que perguntas fizemos? Que suposições nos levaram a fazer essas perguntas? E qual foi o impacto sobre o que sabemos? contribuir para o debate na mídia local media.

O que perguntamos? O que nós sabemos?

Fizemos muitas perguntas sobre o significado da internacionalização e como ela funciona na prática. Exploramos e discutimos várias abordagens diferentes nos últimos 25 anos. Ao fazê-lo, desenvolvemos nosso próprio discurso, cultura e identidade de “internacionalização”. Como uma comunidade em crescimento, discutimos longamente os significados, possibilidades e limitações de conceitos relacionados, como globalização, cidadania global e competência intercultural. Criamos uma abundância de novos termos. Considere, por exemplo, a infinidade de adjetivos que adotamos no termo "internacionalização", como "abrangente", "transformacional", "inclusiva", "inteligente", "forçada", "intencional" e "não intencional". Pesquisamos vários processos de internacionalização — por exemplo,

"de currículo", "de ensino e aprendizagem", "doméstico", "estrangeira" e a própria "globalização da internacionalização". Exploramos uma série de bloqueadores e facilitadores da internacionalização. Assumimos posições em muitas questões relacionadas, incluindo, por exemplo, a igualdade de acesso ao ensino superior, o recrutamento de estudantes internacionais para fins lucrativos e massificação. E concluímos que a internacionalização do ensino superior é em si um processo complexo, conduzido por diferentes lógicas, altamente dependente do contexto, onipresente e contestado, e conectado a uma gama diversificada de conceitos, ideias e teorias. Nossas práticas e nossas posições cuidadosamente discutidas foram informadas por meio de bolsas de estudos e pesquisas. Portanto, podemos dizer com confiança que, após 25 anos, sabemos muito sobre a internacionalização do ensino superior, como é praticada e os desafios e oportunidades que oferece aos indivíduos, comunidades e estados-nação. Sem dúvida, há mais a saber, e devemos continuar a realizar pesquisas que informarão e moldarão o futuro.

Mas será que as perguntas que estamos fazendo, as pesquisas que estamos realizando e as conclusões que tiramos são limitadas pelos recursos linguísticos e culturais, individuais e coletivos, que trouxemos para a tarefa de investigação e discussão? Na supervisão, limitamos as possibilidades do nosso conhecimento? O que podemos ganhar, como pesquisadores e profissionais individuais nesse campo e como comunidade, voltando a atenção para as suposições que fizemos ao longo do caminho e para onde elas nos levaram? Me permita ilustrar meu argumento discutindo um exemplo, uma pergunta que pesquisadores de todo o mundo, inclusive eu, passaram um tempo considerável explorando nos últimos 10 anos.

Como podemos envolver o corpo docente na internacionalização?

Esta questão conduziu grandes e pequenos projetos de pesquisa. Bloqueadores e facilitadores desse envolvimento foram identificados. Se argumentou que, quando os professores não querem se envolver em atividades de internacionalização em seus países ou no exterior é porque não estão interessados ou não possuem as habilidades e conhecimentos necessários para o trabalho internacional e intercultural. Várias estratégias e recursos foram desenvolvidos para despertar o interesse do corpo docente e desenvolver suas habilidades. Muitos foram aplicados e avaliados. E com o tempo, se tornou de conhecimento comum entre os que trabalham na internacionalização do ensino superior que os professores são o "problema", um grande bloqueador da internacionalização, exigindo uma "solução". Mas, há alguns anos, percebi que na universidade em que trabalhava na época, a Universidade La Trobe, havia professores que estavam de fato profunda e significativamente envolvidos (por ex.: trabalhando com grupos de migrantes ou indígenas), mas de maneiras que não foram reconhecidas pela instituição como "internacionalização". Ao posicionar o corpo docente como um grupo desmembrado, como falta de motivação, conhecimento ou habilidades para se engajar, percebi que estava prestando um desserviço e limitando os limites do meu próprio conhecimento. De fato, foi libertador desafiar essa suposição muito básica, rastrear sua origem e recalibrar meu pensamento. Isso me levou, com meus colegas, a deixar de assumir um déficit e procurar maneiras diferentes pelas quais os professores estão envolvidos no trabalho internacional e intercultural. Nos encontramos em diferentes "lugares", fazendo perguntas diferentes: "Como é o envolvimento do corpo docente?", "Como podemos reconhecer e aprender com o trabalho que os professores fazem na internacionalização?" e "Como podemos posicionar o corpo docente como arquitetos e agentes da internacionalização em nosso discurso e em nossa prática?". Explorar as respostas para essas perguntas nos levou a ler uma nova literatura de uma ampla gama de disciplinas e a explorar novas teorias e perspectivas sobre o engajamento.

Mas desafiar nossas próprias suposições por meio de reflexão crítica é difícil. Fundamentalmente, o que sabemos e como percebemos — nossa postura epistemológica e ontológica — é imbuído e fundamentado em nós mesmos, individual e coletivamente. Portanto, ser criticamente reflexivo ataca o cerne da nossa identidade. Isso nos faz sentir vulneráveis e expostos, porque não apenas desafia a validade do que pensamos que sabemos, mas também de quem somos. No final, porém, é libertador. Abre novas possibilidades teóricas e práticas que podem ser mais investigadas. Nesse sentido, nos ajudou a nos tornar fiéis à nossa própria doutrina como educadores, de que devemos ser aprendizes, refletindo criticamente nossa própria prática.

E o campo mais amplo da internacionalização?

Então, e o campo mais amplo da internacionalização do ensino superior? Será que as perguntas que estamos fazendo como uma comunidade mais ampla, a pesquisa que estamos realizando e as conclusões que tiramos foram limitadas por suposições firmemente defendidas? Como nossas respostas às perguntas que fizemos foram limitadas pelos recursos linguísticos e culturais, individuais e coletivos, que foram trazidos para a tarefa de investigação e discussão — por quem "nós" somos? Como um círculo de pesquisadores, somos relativamente limitados em termos de idade, etnia, idioma, nacionalidade e, em certa medida, gênero. E enquanto defendemos a "internacionalização inclusiva" e a necessidade de nos envolvermos com o "outro", até que ponto nós próprios fomos inclusivos e buscamos ativamente novas ideias e novas maneiras de abordar a pesquisa em nosso campo? Somos ideologicamente homogêneos? Ficamos confortáveis demais em nosso próprio meio cultural? Já nos envolvemos profundamente com as ideias e perspectivas de estudiosos que "não são como nós"? Silenciosamente, concordamos com, por crítica insuficiente, uma lógica neoliberal para a internacionalização do ensino superior? Qual seria o impacto no futuro se examinássemos nossas suposições epistemológicas e ontológicas individuais e coletivas e as encontrássemos em falta? O que significaria para o futuro da internacionalização do ensino superior se nos próximos 25 anos focássemos não apenas em saber mais, mas em saber de maneira *diferente*? Ao criar o que Rizvi e Lingard, em seu livro de 2010 *Globalizing education policy*, chamam de imaginário social alternativo?

Então, volto às perguntas que Haggis colocou, mas pergunto sobre a internacionalização do ensino superior. Que perguntas fizemos? Até que ponto essas perguntas refletem nossas próprias suposições e posições de valor? Como podemos estender os limites do nosso conhecimento?◢

Betty Leask é professora emérita de internacionalização na Universidade La Trobe, Melbourne, Austrália, e professora visitante no Centro Internacional de Ensino Superior, Boston College, Estados Unidos. E-mail: leaskb@bc.edu.

Internacionalização do ensino superior e o futuro do planeta

Laura E. Rumbley

Resumo

A mobilidade internacional, atividade marcante da internacionalização do ensino superior, depende fortemente das viagens aéreas, o que está contribuindo diretamente para a crise climática global. Compromissos com soluções imediatas e criativas para compensar esses efeitos ambientais prejudiciais devem ser adotados pela comunidade internacional de ensino superior.

Os cientistas climáticos vêm nos alertando há anos sobre as mudanças das realidades ecológicas do planeta, com o entendimento agora reunido em torno da ideia de que temos uma verdadeira emergência climática em nossas mãos.

Para especialistas em ensino superior que têm interesse particular em questões de internacionalização e engajamento global, esses desenvolvimentos destacam duas verdades profundamente importantes e ironicamente contraditórias. Ou seja, a internacionalização do ensino superior, como é comumente operacionalizada globalmente, contribui diretamente para a degradação climática que estamos testemunhando ao nosso redor. Ao mesmo tempo, a colaboração internacional no ensino superior pode e deve desempenhar um papel ativo no enfrentamento desta crise planetária. Como essa história se desenrolará nas próximas décadas?

Internacionalizando com propósito

Há uma infinidade de motivações para internacionalizar. Estudos do Conselho Americano de Educação, a Associação Europeia de Educação Internacional, a Associação Internacional de Universidades e outros indicam que instituições de ensino superior em

todo o mundo desejam promover a internacionalização para fazer de tudo, desde melhorar os resultados da aprendizagem dos alunos e as perspectivas de empregabilidade, para atrair os melhores talentos acadêmicos, avançar as agendas de pesquisa e aumentar a visibilidade e o prestígio institucional, entre outras razões.

Enquanto isso, uma agenda mais ampla de bem público, implícita há muito em relação à internacionalização, está se tornando mais explícita. Uma definição amplamente usada para internacionalização — cunhada por Hans de Wit, Fiona Hunter, Eva Egron-Polak e Laura Howard para o estudo do Parlamento Europeu de 2015, Internacionalização do ensino superior, insiste que a internacionalização deve ser um processo realizado "para melhorar a qualidade da educação e pesquisa para todos os alunos e funcionários e fazer uma contribuição significativa para a sociedade."

Aspirar a exercer uma influência positiva sobre os principais atores e a sociedade em geral é louvável. No entanto, os defensores da internacionalização do ensino superior não podem esperar obter sucesso na melhoria da condição humana sem também atender propositadamente às realidades do vacilante mundo natural que nos rodeia.

Segredo sujo (climático) da internacionalização

Ironicamente, a mobilidade estudantil — a manifestação da internacionalização em todo o mundo — é altamente prejudicial ao planeta. Estimativas recentes apuraram o número de estudantes internacionalmente móveis em cerca de 5 milhões no mundo inteiro. Os benefícios desta atividade estão bem documentados. O programa de mobilidade estudantil Erasmus na Europa, por exemplo, mostra evidências de uma série de vantagens pessoais, sociais, acadêmicas e profissionais acumuladas para os estudantes que participam de experiências internacionais de estudo Erasmus. Um extenso corpo de literatura nas últimas décadas apoia essas descobertas. Enquanto isso, os benefícios da mobilidade podem se estender para além daqueles que participam diretamente da experiência. Por exemplo, receber estudantes internacionais pode gerar enormes fluxos de receita para instituições individuais e economias inteiras; de fato, estima-se que o impacto de estudantes internacionais nos Estados Unidos supere US$ 42 bilhões em 2017.

Mas há um custo para o fenômeno global da mobilidade estudantil? Quando se trata da saúde do planeta, pode muito bem haver. Um estudo recente publicado no *Journal of Cleaner Production* analisou os números de mobilidade internacional para estudantes que buscam graduação, calculados pelo Instituto de Estatística da UNESCO, e considerou especificamente os prováveis padrões de viagens aéreas relacionados a esses movimentos. O estudo constatou que as emissões globais de gases de efeito estufa "associadas à mobilidade internacional de estudantes estavam entre 14,01 e 38,54 megatons de CO2 equivalente por ano em 2014". Esses números são em grande parte o dobro das estimativas de 1999 e, no final, em um nível semelhante ao das emissões de gases de efeito estufa de países inteiros, como Croácia e Tunísia. Para uma comunidade de educadores que acredita na premissa abrangente de que a internacionalização ajuda a tornar o mundo um lugar melhor, essa é uma pílula amarga de engolir.

O estudo constatou que as emissões globais de gases de efeito estufa "associadas à mobilidade internacional de estudantes estavam entre 14,01 e 38,54 megatons de CO2 equivalente por ano em 2014".

O caminho da redenção

Felizmente, há um movimento em andamento para alinhar o ensino superior em geral, e as aspirações da internacionalização, mais especificamente, com uma agenda favorável ao planeta. Uma série de organizações e instituições estão galvanizadas em torno de considerações de sustentabilidade. Isso inclui a Iniciativa de Sustentabilidade no Ensino Superior, a Rede Internacional de Campus Sustentável e a Associação para o Avanço da Sustentabilidade no Ensino Superior. Os indivíduos também estão oferecendo soluções criativas. Por exemplo, a apresentação de pôsteres vencedores na conferência anual da EAIE de 2018, de autoria de Scott Blair e Laura Howard, emitiu um apelo ao "esverdeamento da internacionalização abrangente". Embora de escopo pequeno, ainda em comparação com os desafios que pretendem enfrentar, esses esforços aumentam a conscientização e garantem compromissos de ação no nível de indivíduos e instituições de maneiras novas e inovadoras. Um sinal claro da tração que esse tópico ganhou nos últimos anos é o fato de que, desde 2010, a Universitas Indonesia supervisiona o ranking internacional de instituições UI GreenMetric, que visa chamar a atenção para os esforços das universidades de todo o mundo em promover os campi verdes e agendas de sustentabilidade.

Muito mais profundo, no entanto, é o potencial de mudança de jogo que um compromisso nacional com a internacionalização pode trazer para esse esforço. Concentrar-se em manei-

ras de reduzir a mobilidade e ainda garantir a aprendizagem transformacional internacional e intercultural — por meio de recursos da comunidade local, inovações tecnológicas e outras estratégias criativas — oferece um caminho de vital importância.

Enquanto isso, nosso pensamento coletivo sobre mobilidade internacional para estudantes (e acadêmicos) também precisa ser cuidadosamente reconsiderado. No mínimo, particularmente em regiões de alta densidade/alta mobilidade, como a Europa, incentivos para o uso de alternativas às viagens aéreas devem ser a norma. Cada vez mais, as instituições de ensino superior que promovem a mobilidade estudantil consideram e promovem ações de compensação de carbono, e esses esforços devem ser realizados de maneira ampla e agressiva.

A internacionalização do ensino superior — quando projetada e implantada de forma inteligente e responsável — pode produzir resultados poderosamente positivos no mundo. No entanto, a comunidade de indivíduos, educadores, formuladores de políticas e outros que acreditam no potencial da internacionalização para construir pontes de conhecimento mais profundo e promover a compaixão humana, deve trabalhar de forma rápida e colaborativa para entender nosso impacto planetário e mudar nossos hábitos. Nosso futuro compartilhado está em risco.◢

Laura E. Rumbley é diretora associada, Desenvolvimento e Pesquisa de Conhecimento, na Associação Europeia de Educação Internacional (EAIE). E-mail: rumbley@eaie.org.

Estudantes internacionais de instituições chinesas: tendências e implicações

Nian Cai Liu

Resumo
A China, a maior fonte mundial de estudantes internacionais, tornou-se um dos principais países de destino para mobilidade de estudantes em todo o mundo e será um forte concorrente no fornecimento de ensino superior internacional em um futuro próximo.

A China tem sido a maior fonte de estudantes internacionais do mundo, totalizando 662.100 estudantes chineses em 2018. Enquanto isso, também está se tornando rapidamente um dos principais países de destino do mundo: em 2018, o número de estudantes internacionais em instituições chinesas chegava a 492.185.

Números crescentes

Antes da abertura da China ao mundo no final dos anos 80, o número de estudantes internacionais era limitado a algumas centenas. Nos primeiros 20 anos após a reforma, o número de estudantes internacionais aumentou rapidamente: em 2018, era 10 vezes maior que em 1999 (44.711). Enquanto isso, o número de instituições que recebem estudantes internacionais passou de menos de 100 no início dos anos 80 para cerca de 1.000 atualmente — o que representa cerca de um terço do número total de instituições chinesas.

Esse rápido aumento no número de estudantes internacionais é resultado de estratégias nacionais e políticas direcionadas. Por exemplo, em 2010, o Esboço Nacional para Reforma e Desenvolvimento da Educação a Médio e Longo Prazo (2010-2020) declarou claramente o compromisso da China de fortalecer o intercâmbio e a cooperação internacionais e melhorar o nível de internacionalização do ensino superior. Nesse mesmo ano, o Plano de Estudo na China (2010) apresentou uma política nacional de "expansão de escala, otimização de estrutura, melhoria da gestão e garantia de qualidade", com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da educação internacional e construir uma marca internacional de ensino superior na China. O plano também refletiu a intenção da China de se tornar o maior país de destino para estudos na Ásia até 2020.

Maior diversidade

Além do aumento substancial do número total de estudantes internacionais, o número de países de origem também se expandiu significativamente em todos os continentes. Em 2018, 196 países e regiões — cerca de 90% de todos os países e regiões do mundo — enviaram estudantes para a China. Os países asiáticos foram as principais fontes de estudantes internacionais, com a proporção de estudantes asiáticos na China permanecendo em cerca de 60% nos últimos anos. Os países africanos tiveram o crescimento mais rápido como países de origem, com a participação de estudantes africanos atingindo 16,6% em 2018, segundo depois dos estudantes asiáticos.

Os dez principais países de origem em 2018 incluem Coreia do Sul, Tailândia, Paquistão, Índia, Estados Unidos, Rússia, Indonésia, Laos, Japão e Cazaquistão. Oito entre eles são asiáticos, o que parece relevante considerando a população total dos países remetentes, nível econômico, status da educação, localização geográfica, composição étnica, costumes e políticas de estudo no exterior. Os maiores aumentos foram da Tailândia e do Paquistão, que poderiam estar relacionados à Iniciativa do Cinturão e Rota. Vale ressaltar que, até recentemente, a Alemanha e a França estavam entre os dez principais países, o que não é mais o caso.

Durante muito tempo, o estudo de chinês foi o curso mais popular para estudantes internacionais na China. Atualmente, os estudantes que estudam o idioma chinês constituem cerca da metade do número total de estudantes internacionais, a maioria deles estudantes sem diploma. Embora o chinês continue sendo popular, a proporção de estudantes que estuda literatura, medicina, engenharia, economia e administração chinesa continua crescendo.

A proporção de estudantes de graduação vem aumentando constantemente. Em 2018, mais da metade dos estudantes internacionais eram de graduação. Entre os estudantes de ensino superior, a proporção de estudantes de pós-graduação cresceu significativamente. Em 2018, cerca de 10% dos estudantes de ensino superior estavam no nível de doutorado, cerca de 23% no nível de mestrado e 67% no nível de graduação.

Bolsas governamentais

Em 1996, o Ministério da Educação estabeleceu o Conselho de Bolsas de Estudo da China, especializado em organizar, financiar e gerenciar estudantes internacionais. Em 2018, 63.041 estudantes internacionais (12,8% de todos os estudantes internacionais) receberam bolsas do governo chinês.

Uma grande proporção de estudantes internacionais que recebem bolsas do governo chinês eram do ensino superior e sua participação tem aumentado nos últimos anos. Com o número de estudantes internacionais aumentando constantemente, enquanto o orçamento para bolsas de estudos do governo permanece relativamente limitado, as bolsas do governo chinês provavelmente serão reservadas para estudantes do ensino superior no futuro.

Além do programa do governo, muitas instituições chinesas criaram seus próprios programas de bolsas de estudo para estudantes internacionais, bem como empresas internacionais direcionadas a grupos específicos de estudantes internacionais, muitos deles relacionados à Iniciativa do Cinturão e Rota.

Tratamento igual?

Com a crescente presença de estudantes internacionais na China, surgem questões sobre como o sistema educacional se adaptará ao multiculturalismo, juntamente com a dificuldade, para a maioria dos estudantes internacionais, de aprender chinês. As instituições e os governos chineses têm se esforçado muito para lidar com esses desafios. No passado, estudantes internacionais na China costumavam receber tratamento preferencial, o que ainda é parcialmente o caso. Mas houve uma forte defesa — e até um debate público em 2019 — em favor da inscrição de estudantes internacionais nos mesmos termos que os estudantes chineses.

Considerações finais

Embora o nacionalismo possa ter significativas influências negativas, a tendência de longo prazo da internacionalização do ensino superior não será alterada e, enquanto as universidades chinesas estão se tornando cada vez mais competitivas, a China está se tornando um forte concorrente global no fornecimento do ensino superior internacional.◢

Com a crescente presença de estudantes internacionais na China, surgem questões sobre como o sistema educacional se adaptará ao multiculturalismo, juntamente com a dificuldade, para a maioria dos estudantes internacionais, de aprender chinês.

Nian Cai Liu é professor e diretor do Centro de Universidades de Classe Mundial (CWCU) da Universidade Jiao Tong de Xangai e reitor da Escola de Pós-Graduação em Educação da Universidade Jiao Tong de Xangai, P.R. China. E-mail: ncliu@sjtu.edu.cn.

Engajamento no Ensino Superior China – África: uma situação em que todos ganham?

Goolam Mohamedbhai

Resumo
As atividades econômicas da China na África foram acompanhadas de várias iniciativas para promover o desenvolvimento do ensino superior africano. Faz parte da estratégia de *soft power* da China. Mas isso leva a uma situação vantajosa tanto para a África quanto para a China? E o que o futuro reserva para a África como resultado do crescente envolvimento da China?

Investir em infraestrutura e no ensino superior impulsiona o desenvolvimento de um país. No entanto, os fundos públicos necessários nos países africanos são limitados e a ajuda dos tradicionais países doadores ocidentais quase parou. A China, uma emergente potência econômica global, capitalizou essa situação, financiando ativamente a infraestrutura pública e auxiliando no desenvolvimento de recursos humanos na África e, em troca, vem se beneficiando dos enormes recursos minerais e mercados da África para seus produtos manufaturados.

Do ponto de vista da China e da África, essa é uma situação em que todos saem ganhando. Os países ocidentais, no entanto, expressam preocupações, não apenas sobre os poucos registros de direitos humanos e práticas antidemocráticas da China, mas também sobre a China embarcar no neocolonialismo e sobre uma grande parte do investimento da China na África ser via empréstimos, não ajuda, levando os países africanos a se endividarem. As preocupações do Ocidente não são ouvidas na África.

O envolvimento da China com a África no ensino superior está alinhado com sua estratégia de exercer não apenas o poder econômico, mas também o soft power (poder brando). O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é um evento trienal regular, em que os líderes chineses e africanos concordam com um plano de cooperação econômica, incluindo o desenvolvimento de recursos humanos. As iniciativas de ensino superior da China para a África estão incorporadas nas várias resoluções do FOCAC.

Bolsas de Estudo

A concessão de bolsas de estudo para a África sob o FOCAC, aumentou de 30.000 em 2015 para 50.000 em 2018, resultando em um aumento dramático no número de estudantes africanos estudando na China, de pouco menos de 2.000 em 2003 para quase 50.000 em 2015. A China é agora, depois da França, o segundo país que mais recebe estudantes africanos.

Quase todos os estudantes africanos voltam para casa após os estudos, o que é vantajoso não apenas para a África, mas igualmente para a China, na tentativa de espalhar sua influência na África. No entanto, muito pouca informação está disponível sobre as áreas de estudo dos acadêmicos africanos, a aceitabilidade dos títulos chineses nos países africanos ou o emprego de graduados ao retornar.

Parcerias

Sob o FOCAC de 2009, a China lançou um esquema "20 + 20" que liga 20 universidades africanas a 20 universidades chinesas e, em 2015, foi anunciada uma proposta semelhante "10 + 10" para estabelecer cooperação entre 10 instituições agrícolas chinesas e 10 instituições agrícolas africanas. Não há praticamente nenhuma informação disponível sobre as instituições vinculadas e os projetos empreendidos sob esses esquemas, mas foi relatado que o número de trabalhos de pesquisa em ciências agrárias e biológicas, em coautoria de acadêmicos africanos e chineses, aumentou significativamente e que, como resultado, o número de acadêmicos chineses nas universidades africanas também aumentou.

Institutos Confúcio e infraestrutura universitária

Talvez os instrumentos mais poderosos usados pela China em sua estratégia de soft power sejam os Institutos Confúcio (CIs). Lançado em 2004, agora existem mais de 500 ICs nas universidades de todo o mundo e 54 delas estão na África. Cada IC está vinculado a uma universidade chinesa e seu principal objetivo é promover a cultura e a língua chinesa.

Embora os ICs tenham sido criticados no Ocidente, onde vários deles foram encerrados por serem acusados de promover a ideologia e a propaganda da China ou realizar espionagem industrial, essas críticas não surgiram na África, onde são calorosamente acolhidos.

Ao fornecer empréstimos em condições favoráveis, a China também ajudou na construção de infraestrutura universitária na África para aumentar o acesso e melhorar a qualidade. Dois exemplos importantes são a Universidade de Ciência e Tecnologia do Malawi, um impressionante campus construído perto de Blantyre e inaugurado em 2014, e a biblioteca da Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, concluída em 2018 e a maior já construída pela China na África. Seria impossível para esses dois países africanos instalar essa infraestrutura sem o apoio da China.

Ao fornecer empréstimos em condições favoráveis, a China também ajudou na construção de infraestrutura universitária na África para aumentar o acesso e melhorar a qualidade.

Vantagem mútua?

A questão da vantagem mútua deve ser examinada sob duas perspectivas: uma que se relaciona com os países africanos em geral e a outra especificamente com o setor de ensino superior. No que diz respeito aos países africanos, as preocupações expressas pelo Ocidente podem ser legítimas e precisam ser examinadas. É imperativo que os acadêmicos africanos estudem criticamente as implicações do acesso da China aos recursos naturais da África e as consequências de grandes empréstimos chineses. Atualmente, não existe quase nenhuma instituição na África realizando essa pesquisa.

Quanto ao setor de ensino superior, a colaboração é fortemente unilateral e a África parece ser o principal beneficiário, mas como a assistência da China ao desenvolvimento do ensino superior africano faz parte de sua estratégia de soft power, é possível argumentar que esta é uma situação de vantagem mútua. No entanto, existem poucas informações sobre as bolsas concedidas e sobre as atividades dessas várias parcerias. Todo IC na África, como parte de seu mandato, deve coletar dados sobre as bolsas de estudos, realizar pesquisas com os recém-formados e registrar as atividades de pesquisa sob as parcerias. Somente com esses dados os benefícios reais para a África podem ser avaliados.

O futuro

Devido à sua herança colonial, a África foi inevitavelmente influenciada em seu desenvolvimento pelos valores europeus de liberdade, democracia e direitos humanos, e adotou as línguas europeias como parte de sua cultura. Os Estados Unidos e a Europa têm sido vistos como modelos pelos africanos desde a independência.

No entanto, o racismo percebido do atual governo dos EUA e o recente aumento do populismo e do sentimento anti-imigrante na Europa agora incentivam a África a olhar para o Oriente, principalmente a China. A África admira a China por seu desenvolvimento econômico, mas se sente desconfortável com sua cultura, valores e sistema de governança. A estratégia de soft power da China acabará conquistando os corações e mentes do povo africano e inspirando-os a um modelo de desenvolvimento semelhante ao da China? Quais seriam então as implicações, positivas e negativas, de tal mudança nos países africanos? Essas são questões que precisam ser debatidas pelos acadêmicos africanos na África. E essas mesmas questões precisam estar na agenda do Ocidente para o futuro desenvolvimento da África.◢

Goolam Mohamedbhai é ex-secretário geral da Associação de Universidades Africanas. E-mail: g_t_mobhai@yahoo.co.uk.

Diplomacia do conhecimento: quais são as principais características?

Jane Knight

Resumo
Diplomacia do conhecimento é uma nova abordagem para entender o papel do ensino superior internacional, pesquisa e inovação no fortalecimento das relações entre os países e na abordagem de desafios globais comuns. A diplomacia do conhecimento se baseia na diplomacia cultural, científica e pública, mas vai além. Este artigo examina as principais características da abordagem da diplomacia do conhecimento — colaboração, reciprocidade e mutualidade — e fornece exemplos de como o ensino superior e a pesquisa podem contribuir para as relações internacionais e ajudar a abordar questões globais.

No mundo globalizado e turbulento de hoje, há novas justificativas, benefícios, riscos e oportunidades associadas à contribuição que o ensino superior e a pesquisa dão às relações internacionais. Examinar o papel do ensino superior internacional na construção de relações entre países não é novidade. No entanto, o uso de uma estrutura de diplomacia do conhecimento para análise, em vez do poder de convencimento ou das lentes tradicionais da diplomacia cultural e científica, é uma nova abordagem.

Existem diferentes motivadores pressionando e puxando a diplomacia do conhecimento. Por exemplo, questões globais agora são nacionais e muitas questões nacionais também são globais. Desafios como mudança climática, segurança alimentar, migração, epidemias, refugiados e imigração, redução da pobreza e segurança da água não conhecem fronteiras.

A diplomacia do conhecimento é um processo de mão-dupla. Refere-se ao papel que o ensino superior internacional, pesquisa e inovação (IHERI, sigla em inglês) desempenham na construção e fortalecimento das relações internacionais e, vice-versa, o papel que as relações internacionais desempenham na facilitação e melhoria do IHERI. Existem vários termos para descrever o papel do ensino superior internacional nas relações internacionais. Para ajudar a esclarecer a confusão entre os diferentes termos, este artigo enfoca as principais características da diplomacia do conhecimento, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento de desafios globais urgentes.

Ao identificar aspectos fundamentais da diplomacia do conhecimento, corre-se o risco de ser muito restritivo e discriminatório ou muito amplo e inclusivo. A lista de características a seguir é um começo. Não é uma lista abrangente, mas identifica dimensões importantes e estratégicas da diplomacia do conhecimento.

A diplomacia do conhecimento se baseia nas funções fundamentais do ensino superior — ensino/aprendizagem, pesquisa, produção e inovação de conhecimento e serviço à sociedade.

Principais Características da Diplomacia do Conhecimento

- *Foco no ensino superior, pesquisa e inovação*: a diplomacia do conhecimento se baseia nas funções fundamentais do ensino superior — ensino/aprendizagem, pesquisa, produção e inovação de conhecimento e serviço à sociedade. O processo de diplomacia do conhecimento envolve múltiplas formas de IHERI, ditadas pela natureza e complexidade da questão abordada. As atividades individuais do IHE (ou seja, mobilidade de estudantes, intercâmbio de acadêmicos, conferências conjuntas) são rotuladas corretamente como atividades de internacionalização, mas quando são conectadas a uma série maior de atividades que envolvem múltiplos atores e estratégias, se tornam parte da diplomacia do conhecimento. Como atividades individuais de IHE independentes, não constituem necessariamente diplomacia do conhecimento.
- *Diversidade de atores e parceiros:* a diplomacia do conhecimento inclui uma diversidade de atores. Embora as universidades e faculdades sejam atores-chave, há vários outros atores envolvidos. Isso inclui centros de excelência nacionais, regionais ou internacionais, instituições de pesquisa, fundações, grupos de reflexão, associações profissionais, organizações não-governamentais de educação e departamentos/agências governamentais. Os atores do ensino superior também trabalham com outros setores e/ou disciplinas, dependendo da natureza da iniciativa. Os parceiros comuns incluem indústria, grupos da sociedade civil, fundações e agências governamentais. Uma característica fundamental da diplomacia do conhecimento é, portanto, uma diversidade de atores do ensino superior trabalhando em colaboração com parceiros de outros setores.
- *Reconhecimento de diferentes necessidades e uso coletivo de recursos:* como a diplomacia do conhecimento reúne uma rede de diferentes parceiros de vários setores para abordar questões comuns, muitas vezes existem diferentes razões e implicações para os países e atores envolvidos. Cada país e ator tem necessidades diferentes e traz recursos específicos para a parceria. Eles precisam ser respeitados e negociados, para garantir que os

pontos fortes e as oportunidades de cada parceiro sejam otimizados. Isso é feito por meio de um tipo de relacionamento cooperativo horizontal que reconhece as necessidades e os recursos diferentes, porém coletivos, dos parceiros. A liderança para reconhecer e atender de forma colaborativa a diferentes necessidades e recursos é crítica, mas não na forma de domínio ou autoritarismo (que caracteriza uma abordagem de poder).

- *Reciprocidade — mútua, mas com benefícios diferentes*: Diferentes necessidades e recursos dos atores resultarão em diferentes benefícios (e riscos potenciais) para os parceiros. A mutualidade de benefícios não significa que todos os atores/países receberão os mesmos benefícios. Significa, no entanto, que o princípio de mutualidade e reciprocidade de benefícios guiará o processo. À medida que a colaboração se desenrola, haverá tanto benefícios coletivos como benefícios específicos do contexto acumulados para atores e países. Isso se baseia na negociação, na resolução de conflitos e em uma abordagem em que todos ganham, fundamental para a diplomacia do conhecimento.
- *Construir e fortalecer as relações entre países:* o ponto central da noção de diplomacia do conhecimento é o papel da IHERI no fortalecimento das relações positivas e produtivas entre os países. Isso se baseia, mas não se limita, na contribuição de acordos bilaterais e multilaterais entre instituições de ensino superior. Claramente, há uma escala decrescente em relação à amplitude e profundidade das contribuições que a diplomacia do conhecimento pode dar às relações internacionais, mas trabalhar para abordar questões globais prementes que afetam cada país é um caminho importante a seguir.

Exemplos de Diplomacia do Conhecimento

A Universidade Pan-Africana, a Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rede de Pesquisa e Educação Japão-Reino Unido para Iniciativas de Economia do Conhecimento e os projetos de Ajuda Humanitária da Brown University são alguns dos estudos de caso de diplomacia do conhecimento discutidos em um recente relatório do British Council, *Knowledge Diplomacy in Action*, citado abaixo. Essas iniciativas são cuidadosamente escolhidas para ilustrar a urgência e a eficácia do uso de uma abordagem de diplomacia do conhecimento e que inclui atividades típicas de internacionalização, mas vai muito além. A diplomacia do conhecimento envolve uma diversidade de atores do ensino superior que trabalham em conjunto com parceiros de outros setores para tratar de urgentes questões globais e nacionais por meio de cooperação, negociação e mutualidade de benefícios, e não por meio de um processo hierárquico e competitivo.◢

Jane Knight é professora adjunta no Instituto de Ontário para Estudos em Educação, Universidade de Toronto, Canadá. E-mail: jane.knight@utoronto.ca.

Este artigo foi adaptado de Knight, J. (2019) Knowledge Diplomacy in Action. *Conselho Britânico. Disponível em https://www.britishcouncil.org/research-policy-insight/research-reports/knowledge-diplomacy-action*

IHE #100: 25 anos de evolução no Ensino Superior Internacional

Rebecca Schendel, Ayenachew A. Woldegiyorgis e Araz Khajarian

Resumo

Neste artigo, resumimos as principais conclusões de uma análise abrangente de todos os artigos incluídos nas primeiras 99 edições do *International Higher Education*. Concluímos que os artigos apresentam um alcance geográfico muito vasto, tanto em termos de foco do artigo quanto de afiliação a autores, e cobrem uma ampla variedade de tópicos. No entanto, alguns tópicos e regiões não foram abordados e merecem atenção em futuras edições.

A publicação da 100ª edição do *International Higher Education* (IHE) oferece uma oportunidade única de refletir sobre as contribuições feitas pelo periódico durante seus primeiros 25 anos de operação. Neste artigo, resumimos as principais conclusões de uma abrangente análise de todos os artigos incluídos nas 99 primeiras edições do IHE (um total de 1.459 artigos individuais), com foco no alcance geográfico, na cobertura temática e no perfil de nossos autores colaboradores.

Global no alcance e na autoria

A missão do IHE é fornecer uma análise esclarecida e perspicaz de questões atuais que afetam os sistemas de ensino superior em todo o mundo. Por isso, sempre nos preocupamos muito com nosso alcance global, com o objetivo de incluir contribuições de países que são abordados menos frequentemente na literatura global, além de discutir os principais atores no cenário internacional. A análise das 99 primeiras edições demonstra que fomos bem-sucedidos em atingir esse objetivo, com nossos 1.459 artigos bem distribuídos nas várias regiões do mundo. O leste da Ásia e o Pacífico é a região com maior cobertura (267 artigos), com a Europa e a Ásia Central seguindo de perto (com 253). Também publicamos mais de 100 artigos focados em países da América do Norte (145), África Subsaariana (132) e América Latina e Caribe (125). Um número substancial de nossos artigos (mais de 200) também é melhor classificado como "global" em seu escopo, uma vez que lidam com questões relevantes para várias regiões do mundo. Embora o Leste Asiático e o Pacífico, a Europa, a Ásia Central, a América Latina e o Caribe tenham sido fontes substanciais de contribuições desde a nossa fundação, houve algumas mudanças em nossa distribuição geográfica ao longo dos anos, com o número de títulos na América do Norte em declínio e o número de contribuições da África aumentando, particularmente nos últimos dez anos. Essa última tendência se deve em grande parte ao apoio às contribuições focadas na África que recebemos da Carnegie Corporation durante esse período. Também vimos um aumento, nos últimos anos, de artigos que comparam explicitamente duas ou mais regiões do mundo em relação a um tópico específico. No entanto, ainda há espaço para melhorias, principalmente no Oriente Médio e Norte da África, uma região que só apareceu em 56 artigos, menos de 4% de nossa produção total. O sul da Ásia também está menos bem representado, com 70 artigos publicados nas 99 primeiras edições.

Talvez sem surpresa, a história é menos equilibrada quando se trata de países específicos nessas regiões amplas. Certos países tendem a dominar a literatura global sobre ensino superior, e o padrão é semelhante no IHE, com, por exemplo, mais de 30% dos artigos sobre o leste da Ásia e o Pacífico focados na China; 75% dos artigos sobre o sul da Ásia focados na Índia; 16% dos artigos sobre Europa e Ásia Central focados no Reino Unido; 13% dos artigos sobre a África Subsaariana com foco na África do Sul; e metade dos artigos sobre América Latina e Caribe com foco em um dos quatro países (Brasil, Chile, Argentina e México). Os EUA também são nosso país mais discutido, embora esse domínio tenha sido mais pronunciado nos primeiros anos de publicação e tenha diminuído significativamente em edições recentes. No entanto, apesar da predominância de um pequeno número de países, é importante traçar uma contribuição significativa do IHE ao longo dos anos, que é o grande número de países representados. Nossas primeiras 99 edições incluíram pelo menos uma cobertura da maioria dos países do mundo, com 111 países individuais sendo explicitamente representados em pelo menos um artigo até o momento. Também publicamos vários artigos com foco regional e/ou com grupos específicos de países (por exemplo, os "BRICs" - Brasil, Rússia, Índia e China).

Nossas primeiras 99 edições incluíram pelo menos uma cobertura da maioria dos países do mundo, com 111 países individuais sendo explicitamente representados em pelo menos um artigo até o momento.

Além de priorizar a cobertura de uma ampla gama de contextos, o IHE há muito se preocupa com o alcance global de sua autoria. Sempre que possível, a equipe editorial procura convidar para contribuir com o IHE autores que vivam e trabalhem nos países em discussão, a fim de evitar alguns dos claros desequilíbrios globais que existem na maioria das publicações internacionais. Nem sempre tivemos êxito nesse aspecto, como evidenciado pelo fato de quase 40% de nossos artigos terem sido escritos por um autor sediado nos Estados Unidos. No entanto, permanece o fato de que mais de 60% dos artigos do IHE foram escritos por autores não americanos, com mais de 40 contribuições provenientes de cada região do mundo (e algumas regiões contribuindo com muita frequência, por exemplo, Europa e Ásia Central com 296 contribuições e Ásia Oriental e Pacífico com 176). As tendências ao longo do tempo também são geralmente animadoras, pois vimos um aumento acentuado nas contribuições de autores baseados em regiões como o sul da Ásia e a África subsaariana nos últimos anos. Também é importante destacar o fato de que nossa análise "contou" indivíduos em termos de afiliação no momento da redação deste artigo; muitos dos autores contados como "americanos" não são americanos de origem, mas, ao contrário, estavam contribuindo ao trabalhar ou estudar em uma instituição dos EUA.

No entanto, também há tendências menos encorajadoras que devem ser reconhecidas, particularmente um declínio dramático no número de contribuições de autores com base no Oriente Médio e Norte da África desde 2001.

Ampla cobertura temática, com algumas lacunas importantes

Também classificamos cada artigo por tema principal, a fim de entender a gama de temas discutidos na IHE, bem como quaisquer tendências ao longo do tempo. A primeira constatação a esse respeito é a ampla diversidade de temas representados nas primeiras 99 questões. Publicamos artigos sobre financiamento do ensino superior; privatização; política e governança; a profissão acadêmica; acesso e equidade; qualidade e credenciamento; rankings e universidades de classe mundial; pesquisa e publicação; estudantes e serviços estudantis; a "terceira missão"; tipos/modelos de universidade; e relações Norte-Sul, bem como uma ampla gama de artigos focados em tópicos que seriam amplamente classificados como “internacionalização” (ou seja, mobilidade de estudantes e professores; estratégias de internacionalização; educação transfronteiriça e transnacional etc.)

Muitos desses temas foram muito bem representados ao longo dos anos. A internacionalização tem sido nosso tópico mais popular, com 317 títulos (mais de 20%) caindo nessa categoria, além de também ter aumentado bastante nos últimos dez anos. Outros temas apresentados em um número significativo de contribuições incluem privatização (137), qualidade e credenciamento (120) e finanças (105).

Com o tempo, vimos um aumento de artigos sobre acesso e equidade (embora isso tenha sido particularmente pronunciado entre 2006 e 2010, e não na década mais recente), em pesquisa e publicação, e em rankings e universidades de classe mundial. Outros temas, como profissão acadêmica e finanças, diminuíram em popularidade nos últimos anos. Alguns desses picos são provavelmente de natureza histórica (ex.: aumento nos artigos sobre globalização imediatamente nos anos seguintes após o milênio; um aumento nos artigos focados nos fenômenos relativamente novos de rankings e “universidades de classe mundial” na última década; aumento muito mais recente do número de artigos focados na interferência da política no ensino superior). É provável que outros se devam a tendências na literatura mais ampla do ensino superior (ex.: o crescente foco no acesso e na equidade). Outros ainda são devidos à atividade de grupos ou autores específicos, que contribuíram com um número significativo de artigos sobre seu tópico. Um caso claro é o Programa de Pesquisa em Ensino Superior Privado (baseado na Universidade de Albany - Universidade Estadual de Nova York), que produziu um número considerável de artigos para o IHE sobre ensino superior privado ao longo dos anos. No entanto, nem todas as tendências podem ser facilmente explicadas, incluindo tendências sem alterações. Por exemplo, não houve um aumento significativo no número de artigos voltados para o financiamento do ensino superior, apesar da significativa atenção dedicada aos tópicos de financiamento para estudantes e do impacto da austeridade orçamentária em muitos países nos últimos anos.

Nossa análise temática também mostrou algumas lacunas significativas. O tema de estudantes e serviços estudantis, por exemplo, quase não recebeu cobertura nas 99 primeiras edições (apenas 12 artigos, o que representa menos de 1% do total). Também houve muito pouca atenção à “terceira missão” do ensino superior (35) ou às relações Norte-Sul (39). Essas áreas representam tópicos importantes para o nosso campo; portanto, um foco maior nos próximos anos seria um desenvolvimento bem-vindo.

Autoria cada vez mais diversa

A última área de foco da nossa análise foi a diversidade da nossa autoria. Além da diversidade geográfica, discutida acima, também investigamos a afiliação institucional e o gênero de nossos autores colaboradores.

Embora já fosse esperado a grande maioria dos autores estar baseada em instituições de ensino (geralmente universidades), cerca de 25% dos artigos do IHE foram escritos por autores de outros tipos de instituições (por exemplo, organizações sem fins lucrativos, associações de ensino superior, agências governamentais e instituições privadas). Também é significativo observar que mais de 20% dos artigos do IHE são de coautores. Desses pares ou grupos, mais da metade representa vários tipos de instituições (por ex.: um autor de uma universidade e outro de uma agência governamental).

Um número considerável inclui pelo menos um autor de uma organização sem fins lucrativos. Como várias contribuições de autor único (mais de 75) também foram enviadas por autores de organizações sem fins lucrativos, fica claro que o setor sem fins lucrativos se destacou substancialmente em nossa autoria ao longo dos anos.

Outra tendência interessante a ser observada é que o número de colaboradoras aumentou ao longo do tempo. No total, cerca de 30% dos artigos submetidos por autores com gênero conhecido foram de autoria (ou coautoria) de mulheres, e essa proporção cresceu significativamente ao longo dos anos. Há uma dimensão regional nisso, no entanto, com as mulheres sendo muito mais representadas em certas regiões do que em outras. Quase 50% das contribuições da Europa e da Ásia Central, por exemplo, provêm de mulheres, enquanto as mulheres contribuíram com menos de 15% dos artigos da África Subsaariana.

Rebecca Schendel é diretora associada do Centro Internacional de Ensino Superior (CIHE), Boston College. E-mail: schendel@bc.edu.

Ayenachew A. Woldegiyorgis é doutoranda no CIHE. E-mail: woldegiy@bc.edu.

Araz Khajarian é estudante de mestrado no programa de Ensino Superior Internacional do Boston College. E-mail: khajaria@bc.edu.

Conclusão

Em resumo, podemos concluir que o IHE fez um trabalho notável, garantindo que seu conteúdo permanecesse geograficamente diversificado e tematicamente rico nos primeiros 25 anos em operação. Também forneceu uma contribuição importante, dando voz a uma ampla gama de acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais que trabalham no campo do ensino superior internacional, incluindo um número considerável fora dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. De fato, essa diversidade, tanto em termos de conteúdo quanto de autoria contribuinte, aumentou ao longo do tempo. Contudo, ainda há muito a ser feito no futuro para garantir que continuemos a diversificar nosso trabalho, representar países que são menos discutidos na literatura global, apresentar tópicos como a "terceira missão", que são de importância crucial, mas que receberam pouca cobertura até o momento, e incentivar contribuições de autores de todas as regiões do globo. O foco na contribuição do ensino superior para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desta edição é um começo promissor.◢

CIHE Publicações

◤ Philip G. Altbach, Edward Choi, Mathew R. Allen, e Hans de Wit, eds. (2019). *The Global Phenomenon of Family-Owned or Managed Universities*. Global Per-spectives on Higher Education, volume 44. Rotterdam, Brill Sense Publishers. O fenômeno das instituições de ensino superior de propriedade ou administração familiar (FOM-HEI, sigla em inglês) é amplamente desconhecido e não documentado, mas existem literalmente centenas dessas universidades em todo o mundo, nos setores sem e com fins lucrativos. Este livro é o primeiro a lançar luz sobre essas instituições, que são um subconjunto importante de universidades privadas - o segmento de ensino superior que mais cresce no mundo. As FOMHEIs estão concentradas em economias emergentes e em desenvolvimento, mas existem também na Europa e na América do Norte: identificamos FOMHEIs em todos os continentes, desde escolas marginais a universidades conceituadas e abrangentes e instituições especializadas de alto nível.

◤ Hans de Wit, Miguel J. Escala, and Gloria Sánchez Valverde. (2019). *Internationalization of Technical and Technological Institutions of Higher Education in the Caribbean/ Internacionalización de Institutos Tecnicos y Tecnologicos de Educación Superior en el Caribe*. CIHE Perspectives No. 15. Boston College Center for International Higher Education.

◤ Rebecca Schendel, Hans de Wit, and Tessa DeLaquil. (2019). *Inclusive and Innovative Internationalization of Higher Education: Proceedings of the WES–CIHE Summer Institute June 19-21, 2019, Boston College*. CIHE Perspectives No. 14. Boston College Center for International Higher Education and World Education Services.

CIHE Notícias

A partir de 1º de julho de 2020, daremos as boas-vindas a Gerardo Blanco, atualmente Professor Associado de Ensino Superior e Assuntos Estudantis da Universidade de Connecticut, no Centro Internacional de Ensino Superior como Professor Associado e Diretor Acadêmico Associado.
A partir do outono de 2020, Rebecca Schendel, atualmente Diretora Associada do CIHE, se tornará Diretora Administrativa. O diretor fundador Philip G. Altbach e o atual diretor Hans de Wit continuarão envolvidos com o CIHE como diretores acadêmicos em regime de meio período.◢

Gestão de Projeto:
Alicia Heim & Hannah Pöhlmann

Ilustração da Capa: axeptdesign.de

Os autores e editores declaram quem as informações contidas nesta edição estão atualizadas até o momento da publicação. No entanto, não há nenhuma representação ou garantia com relação à precisão ou integridade do conteúdo deste trabalho ou dos materiais incluídos nele, e especificamente se isentam de quaisquer garantias implícitas ou comercialização ou adequação a qualquer finalidade específica e, em caso algum, serão responsáveis por qualquer perda de lucro ou qualquer outro dano comercial, incluindo, entre outros, danos especiais, incidentais, conseqüenciais ou outros.

Marcas: Todos os nomes de marcas e produtos usados nesta publicação são marcas comerciais, marcas comerciais registradas ou nomes comerciais de seus respectivos proprietários e são usados apenas para fins de identificação.

DUZ Verlags- und Medienhaus GmbH
DUZ Academic Publishers
Kaiser-Friedrich-Straße 90
10585 Berlin
Alemanha

Tel.: +49 (0)30 21 29 87-0

Fax: +49 (0)30 21 29 87-20

Internet: www.internationalhighereducation.net

International Higher Education é uma publicação trimestral do Boston College Center for International Higher Education.

O boletim é um reflexo da missão do Centro de incentivar uma perspectiva internacional que contribua para políticas e práticas esclarecidas. Através do *International Higher Education*, uma rede de ilustres acadêmicos internacionais oferece comentários e informações atuais sobre questões-chave que moldam o ensino superior em todo o mundo.

www.internationalhighereducation.net